

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

À conferência internacional
pela reconstituição da IV^a Internacional,
pelo partido mundial da revolução socialista
(3, 4 e 5 de Novembro de 2023)



Leon Trotsky, exilado no México, tomando conhecimento do *Socialist Appeal* (Estados Unidos), que relata a conferência de Setembro de 1938 de proclamação da IV^a Internacional



O que faz a União Europeia?

Entrevista a um militante palestiano

Varlam Chalamov e a Oposição de Esquerda

Nº31 - Agosto de 2023
4 euros

Índice

Notas Editoriais Página 3

Documento

– Contribuição para os participantes
na conferência internacional Página 5

Entrevista

– Entrevista com um militante palestiano Página 7

– Declaração da IVª Internacional sobre os acordos de Oslo
(13 de Setembro de 1993) (extracto) Página 10

Análise

– Enquanto grassa a guerra na Ucrânia, o que faz a União Europeia? Página 12

– Recapitulação da reproclamação da IVª Internacional em 1993 Página 22

A Nossa História

– 1923: a fundação da Oposição de Esquerda no partido russo
e a Internacional Comunista Página 31

– Os “trotskistas” e seus “simpatizantes” na prosa de Varlam Chalamov
e de documentos contemporâneos Página 34

Homenagem

– Ralph Schoenman, *presente!* Página 41

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica
e de informação política do CORQI
(Comité de Organização pela Reconstituição
da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de
debate livre no quadro do que são os princípios
próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista
reflectem a opinião dos seus autores. Não
vinculam necessariamente a redacção da revista.

Que repto nos põe a conferência internacional “pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista” de início de Novembro de 2023?

Numa reunião da secção francesa da IVª Internacional de início de Setembro, um camarada resumiu-o nos seguintes termos: “*Cinco aspectos fundamentais tornam urgente fazer esta conferência, urgente avançar para a reconstituição da IVª Internacional.*”

O primeiro é o impasse do regime da propriedade privada dos meios de produção, que empurra, mais do que nunca, a humanidade para a ruína, pelas guerras, pela destruição da humanidade e do seu ambiente, pela fome, pela derrocada económica e social, pela tragédia dos milhões de refugiados...

O segundo é que o sofrimento crescente que é imposto às massas – mesmo nos países imperialistas, como a França – não pode encontrar solução a não ser na revolução proletária que exproprie o capital. Qualquer outra posição, especialmente se reformista, fica condenada não apenas a não conseguir a mais pequena “reforma”, mas a acompanhar a destruição das forças produtivas.

O terceiro é que, sejam quais forem os discursos que pretendam combater separadamente diferentes formas de opressão, é a classe trabalhadora que tem de ocupar a primeira linha. É ela que tem entre mãos a solução à crise da humanidade. O que merece, pois, destaque é o carácter operário da revolução que se prepara, o carácter operário de uma luta cuja saída não pode ser senão o socialismo, a socialização dos meios de produção.

O quarto é que o movimento da classe trabalhadora esbarra, quer no plano político quer no plano sindical, em poderosos obstáculos erguidos por todos os aparelhos saídos da decomposição do movimento operário oficial.

E, por todos estes motivos, o quinto elemento é que a primeira tarefa, a tarefa central dos militantes revolucionários que lutam pela IVª Internacional é ganhar o maior número possível de trabalhadores, militantes e jovens para a construção do partido operário revolucionário, considerando nós, militantes do CORQI, que ele se deve basear no programa da IVª Internacional; podendo outras correntes e militantes ter uma percepção diferente. Daí que procuremos aplicar, na construção do partido, a “linha da transição”, tanto no plano nacional como internacional.

Este é o acervo que confere à nossa conferência toda a sua importância. Isto é o que explica que haja correntes, grupos e militantes não oriundos da IVª Internacional a aproximar-se da conferência.”

Na profunda crise que o movimento operário internacional conhece, há militantes, correntes e tendências à procura de uma via diferente da que conduz à derrota e as direcções tradicionais impulsionam.

Por onde quer que se lhe pegue, toda a situação mundial põe na ordem do dia a revolução proletária, a luta pelo socialismo. E, por conseguinte, a luta por forjar o partido mundial da revolução socialista.

Repita-se: se nós, militantes do CORQI, consideramos, pela nossa parte, que tal partido deve ter por base o programa da IVª Internacional, atribuímos a máxima importância ao facto de militantes e correntes que procuram o caminho para a reconstituição do movimento operário com um novo eixo poderem ser susceptíveis de criar, connosco, formas de organização que não serão desde logo alicerçadas no programa da IVª Internacional. A questão suscitou-se durante os debates do Encontro Internacional de Jovens Revolucionários (EIJR) que juntou, de 25 a 28 de Agosto, setenta jovens de nove países* por iniciativa da secção francesa da IVª Internacional. Animando um debate sobre a luta contra a guerra imperialista ao lado de camaradas russos e franceses, um jovem ucraniano declarou: “*Só a classe trabalhadora, a classe que produz as armas, a que morre nesta guerra, aquela que é forçada a pagar o armamento fornecido aos dois lados... pode parar com isto, através da sua frente unida. Quando os soldados compreenderem que o seu principal inimigo não é o vizinho do outro lado, mas quem está em bonitos escritórios a dar ordens, nesse momento o sentido da guerra desaparecerá.*” Acrescentando depois que “*para isso, é preciso um partido proletário de vanguarda. Hoje, não existe tal partido na Ucrânia, mas há militantes que abrem esta perspectiva.*”

Abriu essa perspectiva é urgente

* **Ao nível económico:** “*Nem a própria burguesia vê saída*”, citando o nosso programa. Escute-se, entre tantos outros, o conselheiro de bancos suíços von Greyerz: “*A economia mundial e o sistema financeiro encontram-se agora à beira do abismo. Ninguém pode prever quando se dará a viragem violenta. Pode demorar anos, como pode ser já amanhã. (...) Desde que Nixon fechou a janela do ouro, em 1971, a dívida mundial e a dívida dos Estados Unidos multiplicaram-se por oitenta!*” (GoldSwitzerland.com, 29 de Agosto). Este género de comentários – reservado a publicações confidenciais da burguesia – não é raro. Reconhece, no ponto de vista dela própria, o carácter eminentemente parasitário e, conseqüentemente, eminentemente frágil, do estágio alcançado pelo regime falido de propriedade privada dos meios de produção. Não admira que o conselheiro mencione a dívida: este gigantesco inchaço parasitário reflecte espectacularmente a dificuldade crescente do capital financeiro em valorizar a totalidade dos capitais disponíveis por via da extorsão da mais-valia pela exploração da força de trabalho. O que põe na ordem do dia a tomada do poder político pela classe trabalhadora, expropriando o capital e socializando os meios de produção.

* **Ao nível social:** a humanidade vive uma polarização cada vez mais aguda. Assim, enquanto, de Abril a Junho de 2023, as 1200 maiores empresas capitalistas mundiais cotadas em bolsa redistribuíram 568,1 mil milhões de dólares em dividendos aos seus accionistas (um aumento de 4,9% sobre o mesmo período de 2022), milhares de milhões de seres humanos são vítima de uma derrocada social. Milhares de milhões para quem, mesmo nas grandes metrópoles imperialistas “desenvolvidas”, comer,

● NOTAS EDITORIAIS

>>> aquecer a casa ou ter um tecto são problemas quotidianos. Os governos enfeudados às leis do capital, à imagem da incapacidade já demonstrada ontem durante a pandemia da Covid-19, já não são capazes de atenuar sequer os efeitos da mínima catástrofe natural. Dos incêndios estivais no Canadá, na Grécia e em Hawái ao sismo que abalou Marrocos e às inundações na Líbia, populações inteiras ficam entregues aos elementos sem a mínima protecção. Esta situação insustentável para as massas impele constantemente os trabalhadores a enveredarem pela via da sua própria luta de classe para arrancar reivindicações vitais. Da Nigéria à Austrália, passando pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos, as greves por aumentos de salários representam a resposta da classe trabalhadora à pancada que levam dos capitalistas empoleirados em montanhas de lucros. Ao escrevermos estas notas, o principal problema de Biden – representante da burguesia mais poderosa do mundo – não é nem Putin, nem a China nem Trump... mas fazer tudo para impedir que rebente a greve de centenas de milhares de operários da indústria automóvel dos “três gigantes” do sector: General Motors, Ford et Stellantis. Greve, plebiscitada a mais de 95% em consultas internas do sindicato United Auto Workers (UAW), pois os trabalhadores vêem nas suas reivindicações (46% de aumento salarial, igualdade salarial entre todos, semana de 32h paga a 40, etc.) um justo desforço dos seus patrões, que anunciam recordes de lucros. Esta greve – como todas as que têm varrido os Estados Unidos nos últimos meses, dos estúdios de Hollywood às cidades universitárias – reflecte processos profundos. Assinala, em particular, uma ruptura, a vários níveis, dos sindicatos envolvidos com a política – imprimida pela direcção da AFL-CIO, enfeudada ao Partido Democrático, um dos dois partidos da burguesia americana – de subordinação, na prática, à classe capitalista. Ninguém pode excluir que o aparelho consiga, à última da hora, impedir a irrupção dos trabalhadores. Porém, a marcha para a greve tem sido marcada pela vontade dos sindicalizados e dos trabalhadores de tomar em mãos os seus próprios interesses e recuperar o controlo das organizações de classe. Empenhados, como os seus irmãos e irmãs de classe, em todos os combates pela mais pequena das reivindicações e lutando, dentro das organizações sindicais e pela preservação da independência destas, os militantes da IVª Internacional sabem que a luta pelas reivindicações é indissociável da luta pela ruptura com a burguesia, pela emancipação definitiva dos trabalhadores, derrubando o sistema fautor de guerra e exploração e, por conseguinte, pela construção do partido de que os trabalhadores necessitam para vencer.

* **Ao nível militar:** um ano e meio de guerra na Ucrânia teve como resultado a expansão sem limites

da indústria militar, uma das principais forças destrutivas na época do imperialismo, estádio supremo do capitalismo. O total das despesas militares mundiais atingiu, em 2022, o nível sem precedentes de 2,24 biliões (trilhões, no BR – NdT) de dólares (fonte: *Stockholm international Peace Research Institute*). Nível este que será ultrapassado em 2023. A guerra – na Ucrânia, em África, no Médio Oriente e, ainda, a que Biden prepara contra a China – não é meramente uma ocasião para destruir forças produtivas em massa, a começar pelas centenas de milhares de trabalhadores e jovens exterminados em tais conflitos. É, também, uma ocasião formidável para o imperialismo americano, o mais poderoso, tentar esmagar todos os seus concorrentes. Mais do que nunca, o CORQI avança as palavras de ordem que formulou logo em Fevereiro de 2022: “*Cessar-fogo imediato e incondicional! Tropas russas, fora da Ucrânia! Tropas da NATO, fora da Europa! Tropas francesas: fora de África! Não à guerra contra o povo chinês! Nem Putin, nem Biden e seus aliados: não à união sagrada com os governos fautores de guerra! Confiscação dos milhares de milhões gastos na guerra, reafectem-se às necessidades dos povos!*”. E que se há-de dizer do que se passa no continente africano? Continente martirizado pela colonização, primeiro, depois por décadas de pilhagem imperialista, de guerras de decomposição fabricadas por medida, de planos de ajustamento estrutural causadores do êxodo forçado de milhões de mulheres e homens, que tentam fugir à barbárie. Em tais condições, a vontade dos povos oprimidos de se libertarem do domínio do imperialismo francês nas antigas colónias deste veio ao de cima quando foram derrubados os regimes enfeudados do Níger, no fim de Julho, depois do Gabão, em finais de Agosto, tal como anteriormente sucedera no Mali, na Guiné Conakry e no Burkina Faso. De Niamey a Libreville, jorram as legítimas aspirações das massas operárias e camponesas a recuperar a soberania do seu próprio solo e sub-solo, reflectindo o movimento da revolução proletária nas nações oprimidas. Face às ameaças de intervenção militar do imperialismo francês, o editorial de *La Tribune des travailleurs* (nº 401, de 9 de Agosto) tomou uma posição muito clara, afirmando que “*os trabalhadores, em França, nada têm a ganhar com defender a pilhagem “francesa” do Níger. Pelo contrário. tudo o que enfraqueça o domínio neocolonial francês e o governo Macron em África reforça o combate dos trabalhadores explorados em França.*”

Vertem-se as presentes reflexões ao debate da conferência internacional de Novembro.

A Internacional, 13 de Setembro de 2023

* Afeganistão, Azânia / África do Sul, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Palestina, Portugal, Rússia, Ucrânia.

Contribuição para os participantes na conferência internacional

pela reconstituição da IV^a Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista, adoptada pelo colectivo de animação do CORQI em 24 de Agosto de 2023

Quais são o sentido e o objectivo da conferência de Novembro de 2023 pela reconstituição da IV^a

Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista?

A pergunta posta aos participantes nesta conferência – membros ou não do CORQI – pode formular-se assim: é necessária uma Internacional Operária? E, se é, deve ela constituir-se com base no programa da IV^a Internacional e, mais exactamente, assentar nos alicerces da IV^a Internacional proclamada em 1993 com o camarada Lambert?

1. A necessidade da Internacional Operária tem vários considerandos. O primeiro é a falência do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, que está a conduzir a humanidade ao abismo. O preço pago pela sua sobrevivência é: a generalização da guerra, que ameaça transformar-se em terceira guerra imperialista mundial e aniquilar a humanidade pelo recurso às armas nucleares; a incapacidade e recusa de enfrentar e dominar os fenómenos ligados à degradação do ambiente, nomeadamente a crise climática; o de-

envolvimento ilimitado dos fenómenos especulativos; a destruição das forças produtivas e a sua transformação em forças destrutivas, como a inteligência artificial, que poderia ajudar a libertar a humanidade da escravatura do trabalho assalariado, mas que, neste sistema, é factor de destruição de postos de trabalho às centenas de milhões, agravando a marcha para a miséria e o desastre social. Todos estes elementos (e muitos outros) resultam de uma situação em que o motor da economia é a procura do lucro a todo o custo. O capitalismo, assente na propriedade privada dos meios de produção, não conhece limites nem moderação, a não ser os que lhe impõe a luta da classe trabalhadora. Os discursos sobre um capitalismo humanizado, social, ecológico até, são aldrabices. Salvar a humanidade do desastre implica lutar pelo socialismo, ou seja, por uma sociedade em que os meios de produção (e a riqueza produzida) pertençam aos produtores: os trabalhadores.

2. O segundo considerando é a unidade mundial da luta de classes, que insere cada luta de classes nacional no seu quadro real e considera cada luta particular como expressão do movimento mundial que levanta oprimidos e explorados contra opressores e exploradores.

3. O terceiro considerando é a compreensão de que, para atingir plenamente os seus objectivos, qualquer luta democrática particular tem de se ligar à luta pela emancipação da classe operária e, por conseguinte, à luta pelo socialismo. A luta pela independência e soberania das nações oprimidas contra a dominação colonial, neocolonial ou imperialista (incluindo a luta pelo direito à autodetermi-

nação da classe trabalhadora negra nos Estados Unidos, a luta por uma Palestina laica e democrática que integre todas as suas componentes, em pé de igualdade, em todo o seu território histórico); a luta pela igualdade efectiva entre mulheres e homens e pelo fim da opressão patriarcal; a luta pelos direitos democráticos contra todas as formas de opressão e discriminação. ... todos estes objectivos legítimos de emancipação remetem para a necessidade de pôr fim ao capitalismo, fonte da conservação de todas as formas de exploração e opressão. A luta dos trabalhadores pela erradicação do capitalismo condiciona a realização integral de todos os objectivos democráticos.

4. A I^a Internacional, inspirada em grande medida por Marx, pôs na ordem do dia a necessidade de a classe operária conquistar o poder político e, para o fazer, de se dotar de instrumentos (partidos operários, sindicatos operários) e preservar a independência destes. Esta necessidade é tanto mais relevante hoje, numa altura em que, em todos os continentes, a existência de organizações de trabalhadores e as conquistas obtidas através da luta de classes estão a ser postas em causa pelos governos ao serviço da classe capitalista. Não pode haver luta pela Internacional Operária sem defesa das conquistas e “instituições” construídas pela classe trabalhadora e que a constituem enquanto classe. Esta defesa deve fazer-se com total independência de quem dirige as ditas “instituições”, seguindo orientações que, muitas vezes, contribuem para as desvirtuar e enfraquecer (sindicatos e direitos colectivos) ou mesmo para as desfazer (como a burocracia, que pre-

● DOCUMENTO

>>>

cipitou o desmoronamento da propriedade estatal na ex-URSS).

5. A conquista do poder político pela classe operária é condição para a sua emancipação social e económica. A Comuna de Paris e a revolução russa de 1917, dirigida por Lenin e Trotsky, ensinaram-nos que, sem governo da classe operária, sem Estado operário, não é possível tomar em mãos os meios de produção. Por isso nos batemos para ajudar a construir os órgãos do poder da classe trabalhadora, seguindo o exemplo da Comuna de Paris e dos soviets de 1917.

6. A IVª Internacional nasceu como resposta à traição das direcções reformistas, social-democratas e estalinistas. Actualmente, em todo o mundo, os aparelhos oriundos destes partidos participam, em graus diversos, na união sagrada pela guerra, votando geralmente a favor dos créditos de guerra e chegando a participar em governos que fazem suas as políticas ditadas pelo imperialismo. A passagem destes aparelhos para o lado da ordem burguesa fundamenta hoje, como no passado, a necessidade de uma IVª Internacional que dê continuidade ao combate da Iª, IIª e IIIª Internacionais.

7. A contradição da situação mundial pode-se resumir da seguinte forma: por um lado, a força do movimento da classe trabalhadora e das mobilizações de massas contra os governos burgueses; por outro, a traição dos aparelhos. Daí a necessidade da luta política pela ruptura com a burguesia. A actualidade do programa da IVª Internacional concentra-se, por um lado, na recusa de apoiar qualquer "frente popular", ou seja, alianças dos partidos operários com os partidos capitalistas para preservar a dominação burguesa; e, por outro, na necessidade de propor um sistema de reivindicações transitórias que ligue a luta por cada reivindicação, mesmo a mais mínima, à luta global pelo poder da classe operária. Nesta base, pode e deve construir-se um partido revolucionário, parte integrante da luta das massas.

8. A IVª Internacional passou por duas grandes crises. Em 1950-1953, o "secretariado internacional" encabeçado por Michel Pablo confiou ao estalinismo a missão histórica de "construir o socialismo à sua maneira". Esta política de liquidação valeu-lhe a resistência da secção francesa, que, nos anos que se seguiram, se propôs (com o camarada Pierre Lambert) dois objectivos: reconstruir a IVª Internacional baseada no seu programa; e trabalhar com militantes, correntes e grupos que, sem necessariamente se reivindicarem trotskistas, emergiam da crise das velhas organizações, a fim de intervir em conjunto com uma linha da reconstrução do movimento operário com um novo eixo. Chamámos a isso a política da transição na construção do partido: pela nossa parte, nós, militantes da IVª Internacional, estamos convencidos de que o programa desta – continuidade cristalizada da experiência do movimento operário desde a Iª, IIª e IIIª Internacionais – permite responder às principais questões estratégicas e táticas que a classe operária defronta. No entanto, levamos em consideração que há outras correntes que se procuram definir à sua maneira, no seu próprio terreno. Por isso dizemos que se, em nossa opinião, a Internacional Operária deverá fazer seu o programa da IVª Internacional, nada indica que a forma em que ela se há-de constituir seja necessariamente a forma da IVª Internacional tal como hoje existe. Esta estratégia levou-nos, quando a União Soviética se desfez, a lançar as bases do "Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos", do qual o actual Comité Operário Internacional pela Internacional Operária é o continuador. Do mesmo passo, a conferência de 1993, verificando, ao olhar para a realidade dos factos, a actualidade do programa da IVª Internacional, decidiu re-proclamá-la. Quando todas as componentes do movimento operário oficial aderiam então ao capitalismo – proclamado único horizonte possível, dado o colapso da União Soviética – nós ergue-

mos bem alto a bandeira da luta pelo socialismo. A nossa compreensão das leis do capital levou-nos, então, a formular o seguinte prognóstico: o resultado da liquidação da propriedade do Estado a que a burocracia estalinista tinha dado azo não iria ser o de se abrir um novo espaço ao capitalismo, mas o de as respectivas tendências mafiosas se agravarem ainda mais, ao ponto de gangrenarem a economia mundial. Trinta anos depois, este prognóstico verificou-se plenamente, reforçando a necessidade da luta pelo socialismo e, portanto, de reagrupar forças no terreno da independência de classe, a partir do programa da IVª Internacional.

9. Em condições entretanto diferentes, a crise de 2015 reproduziu o padrão de 1953: uma direcção cada vez mais subserviente – integrada, até – aos velhos aparelhos desiste de qualquer política real de construção do partido revolucionário; expulsa burocraticamente quem queira levar a cabo uma discussão para reerguer a organização; e, depois, mergulha nas mais opacas combinações, que vão de tentar salvar o regime argelino, cuja queda o levantamento de Hirak exigia, a participar activamente na coligação Nupes, em França, que apoia o armamento da Ucrânia e o financiamento dos capitalistas, passando por apoiar a "ala esquerda" do Partido Democrático nos Estados Unidos. ..

10. Nestas condições, os objectivos da conferência convocada pelo CORQI podem resumir-se assim: por um lado, com base nos princípios aqui expostos, propor a todos os que os partilham encontrar uma forma organizada, com o CORQI, no CORQI, ou em colaboração com o CORQI, de intervir na luta ordenada para ajudar a reconstituir a IVª Internacional na base dos seus princípios; por outro lado, traduzir isto na actividade de campanhas internacionais, em particular na da campanha contra a guerra e a exploração do Comité Operário Internacional, cuja urgência está mais do que nunca dada. ●

Entrevista com um militante palestino



Jovem brande bandeira palestina

Que avaliação fazes da carta de convite? Tencionas participar na conferência internacional de 3, 4 e 5 de Novembro?

IDENTIFICO-ME plenamente com as posições políticas anunciadas na carta acerca da luta de classes nos países capitalistas, das questões políticas globais à crise ecológica. Como militante palestino, considero pertinente esta articulação entre as lutas sociais e as lutas políticas, as lutas contra o imperialismo e as lutas pelos direitos dos povos, que são inseparáveis. Esta articulação manifesta-se perfeitamente na luta do povo palestino, que enfrenta a base mais avançada do imperialismo e do capitalismo globalizado na nossa região. Na Palestina, a frente dos inimigos apresenta-se unificada entre sionistas, reaccionários árabes e imperialistas.

Para podermos defender mais eficazmente os direitos dos trabalhadores a nível mundial e os dire-

itos dos povos oprimidos, é urgente reunir as forças progressistas e democráticas. A conferência de 3, 4 e 5 de Novembro é uma manifestação maior dessa unidade que se procura contra as forças do capital e da exploração, e é por isso que quero participar.

A questão focada na carta de convite, do que está no cerne do programa da IVª Internacional, a “crise da direcção revolucionária”, é uma questão que se põe tanto à escala internacional (crise de direcção do movimento operário internacional) como nacional. Ora, a revolução palestina debateu-se deste logo com a dita “crise de direcção”, porquanto a partição da Palestina, em Novembro de 1947 (resolução 181 da ONU) foi fruto de um acordo entre o imperialismo e a burocracia da URSS dirigida por Stalin.

Que relação, em tua opinião,

há entre a revolução palestina hoje e o movimento da revolução mundial?

Quanto à crise de direcção, só posso dizer que ela é geral. Por um lado, os trabalhadores e os povos afundam-se cada vez mais na miséria causada por políticas económicas criminosas, que enriquecem monstruosamente os capitalistas e as elites dirigentes; por outro lado, os partidos políticos de quem se esperaria que defendessem os direitos dos explorados enfiam-se em compromissos vergonhosos, servindo, desse modo, a continuidade do capitalismo, que destrói os seres humanos e a natureza.

Na Palestina, como em muitos outros países, a crise de direcção traduz-se no prolongamento da dominação de uma classe política (islamista e “laica”) corrupta, que segue uma política de compromisso com o projecto sionista, com os regimes árabes reaccionários e com a dominação imperialista.

● ENTREVISTA

>>>

Hoje, a revolução palestina encontra-se num impasse terrível. A sua actual direcção perdeu toda a legitimidade entre o povo palestino, bem como a maior parte das suas relações solidárias ao nível internacional. Está, por consequência, à mercê de Israel, dos Estados Unidos e da Europa já que, ao, de revolução, transformar-se em estruturas de tipo “estatal” sob ocupação militar israelita, perdeu o seu ímpeto revolucionário e os seus amigos no mundo, sem se constituir como Estado soberano. Só uma mudança de direcção e um novo renascimento da revolução palestina podem voltar a forjar laços com a revolução mundial.

Como se manifesta a crise de direcção na própria Palestina?

A profunda crise por que estamos a passar na Palestina pode ser resumida nesta magnífica frase de Gramsci: “*O velho mundo está a morrer; o novo mundo tarda em aparecer; e, neste claro-escuro, surgem os monstros*”. Esta citação pode-nos ajudar a compreender a situação política que vivemos na Palestina. A Fatah (a direita dita laica) e o Hamas (islamista) dominam a cena política palestina, essencialmente graças a apoios externos (os Estados Unidos e a Europa, para a Fatah e o Irão, a Turquia, o Qatar e a Rússia, em parte, para o Hamas). Dominam, sim, mas sem verdadeira legitimidade popular (desde 2006 que não há eleições democráticas). Conseguem comprar o silêncio de certos sectores da sociedade civil palestina graças aos recursos financeiros de que dispõem, assim como conseguem “fazer bluff” com a consciência nacional do povo, servindo-se do seu passado militante (Fatah) e pelos confrontos militares com Israel que o Hamas tem travado em toda a Faixa de Gaza.

Os dois movimentos e os seus “governos”, em Ramallah e Gaza, respectivamente, “abafam” literalmente a voz do povo, impedindo, assim, a criação de uma nova direcção para o povo palestino. A última reunião dos dirigentes pales-



Fresco numa rua da Palestina: “Voltaremos”

tinianos, no Egipto (30 de Julho de 2023), foi uma demonstração esclarecedora desta tragédia: dirigentes com uma idade média de 70 anos, uma direcção sem credibilidade, desorientada e ansiosa por manter o poder a todo o custo.

As organizações ditas de esquerda subordinam-se vergonhosamente a estes dirigentes de Ramallah e Gaza. Os meios recentes de jovens militantes, em Nablus e Jenin, caracterizam-se por uma espontaneidade e um amadorismo que os tornam incapazes de se transformarem em núcleo promotor de uma nova direcção. Assim, continuamos a viver neste “*velho mundo que está a morrer, enquanto o novo mundo tarda em aparecer*”.

Tu conheces as posições de 1947-48 da IVª Internacional contra a partição da Palestina e as posições mais recentes da nossa corrente desde os acordos de Oslo. Que pensas tu delas, tu que militas pela libertação da Palestina há mais de cinquenta anos?

A posição da IVª Internacional acerca da decisão de dividir a Palestina é a posição justa e equitativa, já que a rejeição da divisão é a base da proposta de criação de um Estado palestino para to-

dos, palestinos autóctones e comunidade judaica da Palestina (autóctones e migrantes). Esta foi a estratégia de libertação da Palestina desde 1943 e até 1974, data da infeliz mudança para o chamado “programa de dez pontos”, que preconizava a “libertação por etapas” e a aceitação da criação de um mini-Estado nos territórios palestinos ocupados por Israel em 1967.

Esta viragem de 1974 conduziu aos Acordos de Oslo de 1993-1994, que a vossa corrente tem toda a razão em denunciar, porquanto, tal como vós, eu tenho a certeza de que a única verdadeira solução consiste na criação de um Estado laico e democrático único para todos os habitantes da Palestina histórica, sem distinção de nacionalidade, religião, língua ou qualquer outro factor.

Há trinta anos eram assinados, sob a égide do imperialismo americano, os acordos de Oslo entre os representantes da OLP e o Estado sionista. Trinta anos mais tarde, tens dito que o que quotidianamente sucede em Jerusalém ou na Cisjordânia são “pequenas Nakbas”. Podes-nos explicar porquê?

Os acordos de Oslo acenavam com a possibilidade de criar um Estado palestino ao lado do Estado de Israel, renunciando ao direito de regresso dos refugiados expulsos das suas casas em 1948. Ao fim de trinta anos de negociações intermináveis, o Estado prometido não tem qualquer hipótese de existir. Em contrapartida, a colonização larvar reduziu progressivamente o território deste pseudo-Estado (a Autoridade Palestiniana; NdR) de 22% da superfície da Palestina histórica, quando dos acordos de Oslo, para cerca de 10%, trinta anos mais tarde, enquanto o número de colonos passou de 160 mil em 1993 para 800.000 em 2022.



Ministros israelitas Smotrich e Ben Gvir

Com as recentes vitórias históricas da extrema-direita sionista, nacionalista e religiosa, a área da Palestina histórica está realmente a ficar sob o controlo de um único Estado, o Estado de Israel. Ora, o Estado judeu, exclusivamente judeu em toda a Palestina, é o culminar do projecto sionista original. Um projecto baseado na limpeza étnica, no *apartheid* legalizado e na recusa de reconhecer a existência do outro: o povo palestino.

Em 1948, foi preciso destruir 700 cidades e aldeias palestinianas e expulsar os seus habitantes para se poder criar o Estado de Israel. Foi a *Nakba*, a “catástrofe”, que arrasou a sociedade palestiniana, fazendo com que quase 60% dos palestinianos perdessem o seu estatuto de cidadãos no seu próprio país, tornando-se refugiados. Setenta e cinco anos após a criação do Estado de Israel, o projecto sionista não mudou: visa transformar toda a Palestina numa terra pertencente apenas a israelitas

judeus, vivendo num Estado exclusivamente judeu, onde os palestinianos não têm direitos. Este projecto inicial do sionismo encontra nos partidos sionistas nacionalistas e religiosos que actualmente dirigem Israel o instrumento necessário para conseguir a expulsão definitiva de todos os palestinianos e completar assim o que se iniciou em 1948. Os dirigentes destes partidos declaram publicamente que estão a trabalhar por uma nova *Nakba* generalizada. Ataques de colonos sob a protecção do exército israelita às aldeias de Hiwara, Burqa, Tormosaia e outras, e ataques incessantes a bairros palestinianos em Jerusalém, como Sheikh Jarrah, Silwan e a esplanada da Mesquita de al-Aqsa, são o pão nosso de cada dia do povo palestiniano. Oitenta e um civis palestinianos foram mortos por soldados e colonos armados desde o início deste ano e 246 feridos por bala. O número de casas destruídas pelo exército ascende a 185 durante o mesmo período.

O número de detenções, incluindo crianças menores, é de 998 (relatório da OCHA-ONU de 30 de Março de 2023).

Vai crescendo, na sociedade palestiniana, um movimento que, rejeitando Oslo e a partição, procura vias para uma solução democrática assente em um só Estado para todos os seus cidadãos. Nesse processo, como, a teu ver, ocuparão os judeus que rompem com o sionismo o lugar que é o seu?

Romper com o sionismo significa aceitar o outro, o povo palestiniano. Este reconhecimento do parceiro palestiniano num Estado inclusivo, num Estado baseado nos valores da cidadania, significa o fim do sionismo, o fim da captura da consciência judaica por esta ideologia.

Não há hostilidade contra o judeu enquanto tal na cultura da sociedade palestiniana, pelo que os judeus israelitas libertados desta

ideologia racista encontrarão muito naturalmente o seu lugar na Palestina de amanhã.

Concretamente, em todos os grupos *One Democratic State* (ODS), há camaradas judeus que se livraram do sionismo. Eles prefiguram esta ideia de cidadania partilhada entre palestinianos e judeus israelitas. Dão o exemplo deste processo democrático de coexistência e de futura assimilação numa única identidade palestiniana, múltipla e plural. No grupo ODSI, no qual participo activamente, temos camaradas judeus que partilham esta visão feliz (<https://www.odsi.co/en/>).

Tornando à carta de convite, que afirma a actualidade da teoria da revolução permanente (o proletariado tomar a seu cargo as tarefas nacionais e democráticas ainda por resolver), como caracterizarias, actualmente, na Palestina, as relações entre questão nacional e questão social, o lugar da classe operária na revolução palestiniana?

A história política contemporânea da Palestina está marcada pelo domínio das organizações da pequena burguesia, pouco preocupadas com as questões sociais. Embora a OLP tenha criado uma União dos Trabalhadores Palestinos, esta estrutura formal nunca se pôde transformar em verdadeiro sindicato dos trabalhadores. Era como uma montra da modernidade “progressista”, sem trabalhadores, mas com muitos burocratas assalariados. Assim, os trabalhadores palestinianos nunca conheceram um sindicato que defendesse os seus direitos, nem um partido político que os representasse. As organizações ditas de esquerda também não deram a mínima importância à classe operária, a pretexto de que “estamos numa fase de luta nacional, e a luta de classes fica para o pós-libertação”. O resultado destas posições é o enfraquecimento do papel político da classe operária palestiniana e o afastamento da ligação entre luta nacional e luta social. Os vários factos e contextos sociológi-

● ENTREVISTA

>>>



Manifestação contra as expulsões em Sheikh Jarrah, Abril de 2021

cos, geopolíticos, jurídicos e culturais que caracterizam a vida dos trabalhadores palestinos juntam-se e articulam-se com as razões políticas já referidas, impedindo a emergência de uma representatividade operária própria. Por exemplo, a dispersão dos trabalhadores por espaços geográficos descontínuos (um trabalhador palestino no Líbano não tem forma de estar em contacto com outro na Cisjordânia ou em Gaza), a vida dos trabalhadores sob diferentes sistemas

políticos e diferentes regimes de jurisdição (um trabalhador nos colonatos da Cisjordânia vive em condições diferentes de um que trabalha do lado de lá da “linha verde”, em Israel, e ambos os trabalhadores têm condições de trabalho completamente diferentes do que trabalha na Jordânia ou nos países do Golfo, etc.).

Dito isto, convém recordar que os trabalhadores palestinos participaram plenamente na revolução, sem, no entanto, poderem

conquistar os seus próprios direitos de classe e sem se dotarem de uma representação política própria (por enquanto). Ante estas dificuldades actuais, devidas à complexidade da situação palestina, que é simultaneamente nacional, social e de classe, o apoio internacional dos partidos da esquerda revolucionária deve ser uma das condições para ultrapassar algumas destas dificuldades, tanto objectivas como subjectivas. Apelo aqui a todos os partidos e forças revolucionárias para que desenvolvam acções conjuntas e apoiem os meios que militam por um “Estado único, democrático e laico”, criando mecanismos práticos para actividades conjuntas duradouras. Nós, na Iniciativa por um Estado Democrático Único (ODSI), saudamos todos os esforços que, assim o esperamos, todas as forças amigas envidem e declaramos a nossa disponibilidade para trabalhar em conjunto com elas na coordenação e organização de todos esses esforços. A revolução na Palestina é parte integrante da revolução mundial contra os tiranos e as forças do capitalismo e do imperialismo. ●

Documento

Há trinta anos, a 13 de Setembro de 1993, assinavam-se os acordos de Oslo entre Yasser Arafat, em nome da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yitzhak Rabin, primeiro-ministro do Estado de Israel, sob a égide do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Saudaram o acordo de Oslo todas as fracções da direcção palestina e os aparelhos contra-revolucionários do movimento operário internacional, defensores da pretensa “solução de dois Estados”. Em Setembro de 1993, o secretariado internacional da IVª Internacional publicava, pela sua parte, uma declaração de que a seguir reproduzimos a conclusão.

“**R**ecordemos a base do movimento nacional palestino, ao constituir-se, em 1964. A carta então adoptada rezava que “o movimento de libertação palestino declara solen-

emente que o objectivo final desta luta consiste na restauração do Estado democrático e independente da Palestina, em que todos os cidadãos beneficiarão de direitos iguais, seja qual for a sua raça ou religião.”

Em 1970, o IIº Congresso Mundial da Palestina, organizado pelo movimento nacional palestino, declarava que “*todos os judeus, muçulmanos e cristãos terão direito à cidadania palestina.*”

Esta a razão por que a constituição deste “autogoverno” que nega o direito do povo palestino a dispor de si mesmo obriga Arafat a declarar, em carta ao primeiro-ministro de Israel, em referência à carta palestina que estivera na base da fundação da OLP, que “*os considerandos da carta contraditórios com estes acordos considerar-se-ão nulos e sem efeito.*”

Repita-se: para as grandes potências, com o imperialismo americano à cabeça, do que se trata não é de paz e direito dos povos, mas da ordem imperialista. Baseado na partição e fragmentação, na negação dos direitos dos povos, na opressão e negação da

democracia, o acordo vai criar todas as condições para novos choques, novas guerras, novos massacres.

Apresentam-nos hoje o acordo sob a égide dos Estados Unidos e a bandeira da ONU como o que encerra um longo período de conflitos sangrentos e guerras, um longo conflito histórico. Como se não fosse inteira a responsabilidade do imperialismo e da ONU pelas guerras e massacres que há cinquenta anos devastam a região. O Estado de Israel não nasceu de um desenvolvimento nacional que desaguasse na constituição de um Estado, mas duma decisão da ONU que pronunciou a partição da Palestina e aprovou a constituição do Estado de Israel.

Foi em 1947-48 que Truman e Stalin, com o apoio da Internacional Socialista, decidiram a partição da Palestina. A realidade dos factos aí está a demonstrar que a partição acarretou meio século de guerras, massacres e opressão. Pela sua parte, a IVª Internacional escreveu, logo em Novembro de 1947, que “a votação da ONU foi uma mera formalidade após o acordo dos três grandes. A partilha da Palestina era, virtualmente, facto consumado. A posição da IVª Internacional face ao problema palestino mantém toda a clareza de antes. Ela mantém-se na vanguarda da luta contra a partilha, por uma Palestina una e independente em que as massas determinem soberanamente o seu destino, elegendo uma Assembleia Constituinte.”

A IVª Internacional pronuncia-se pelo direito dos povos a dispor de si mesmos e combate resolutamente o direito da ONU de dispor dos povos, factor de guerra, opressão e exploração.

“(…) Um Estado único em todo o território da Palestina, uma só República Palestiniana livre, laica e democrática, cuja forma e conteúdo o próprio povo determine no respeito da igualdade de direitos das duas componentes da nação palestina, judia e árabe: tal é o conteúdo da palavra de ordem

democrática de Constituinte palestina (...). O partido do proletariado inscreve na sua bandeira: pela vitória da revolução palestina, Assembleia Constituinte soberana que estabeleça um Estado único, laico e democrático, a República Palestiniana em toda a terra da antiga Palestina, que se compõe da Cisjordânia, da Jordânia, de Israel e de Gaza. Há que realçar uma vez mais que a luta pela constituição da nação palestina na Palestina se relaciona estreitamente com a palavra de ordem de “retorno das populações dispersas, expropriadas e coagidas ao exílio” (...). A reivindicação de retorno relaciona-se estreitamente com a luta anti-capi-



talista e anti-imperialista pela expropriação das terras de onde os palestinos foram despejados, e é por ela condicionada – surgindo a luta revolucionária do povo palestino, neste combate, como salvaguarda dos trabalhadores judeus explorados” (resolução sobre a revolução palestina adoptada pela conferência mundial das secções da IVª Internacional (CIR) em Janeiro de 1988).

Anunciando, sem dúvida alguma, a assinatura do acordo entre a direcção da OLP e o Estado de Israel novas provações para o povo palestino e para todos os povos da região, é bem claro que o caminho da paz não pode diferir do caminho da democracia – do direito, portanto, de todos os povos a viverem livremente na sua terra, a começar pelo direito do povo palestino ao retorno e à independência nacional. Essa é a única via realista. Hoje, mais do que nunca, a paz no Médio Oriente é o direito ao retorno de todos os

palestinos, é um Estado único, laico e democrático, constituído na igualdade das suas componentes árabe e judia em todo o território da Palestina.

Repita-se que a derrocada e as convulsões da “nova ordem mundial” que o imperialismo tenta impor a ferro e fogo a todo o mundo são proporcionais à falência do sistema assente na propriedade privada dos grandes meios de produção. A multiplicação das guerras e conflitos sangrentos, que hoje afecta oitenta países de todos os continentes, com o seu cortejo de horrores, miséria e destruição, é a forma que hoje reveste uma política em que a defesa dos lucros da minoria capitalista se faz pela destruição sistemática das conquistas mais elementares da civilização. A greve geral de mais de 20 milhões de trabalhadores indianos, a 9 de Setembro, contra os planos de privatização do FMI e do imperialismo, no seguimento das greves gerais contra as privatizações do Níger, da Nigéria, do Bangladeche, do Senegal, dão testemunho da busca, por parte dos trabalhadores e povos, da via da luta unida contra os planos assassinos do imperialismo, da defesa dos seus direitos fundamentais no plano económico, social e político.

Para a IVª Internacional, uma tal nação palestina, unida e fraterna, está necessariamente ligada à luta de emancipação de todos os povos da região pelo estabelecimento de uma união de iguais dos povos e Estado do Próximo e Médio Oriente, libertos da opressão imperialista, da dominação e exploração da classe dos proprietários fundiários e da burguesia.

A luta dos trabalhadores, a luta dos povos, realizando a sua unidade contra o imperialismo, é o que pode abrir uma saída a toda a humanidade.

Eis porque a IVª Internacional se mantém fielmente no terreno do lema da Iª Internacional: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.” Para a IVª Internacional, é aos trabalhadores e aos povos que cabe decidir do seu destino.” ●

● ANÁLISE

Enquanto grassa a guerra na Ucrânia, o que faz a União Europeia?

Por Michaël Jouteux



O Parlamento Europeu

Europa, “refúgio da paz”: eis a falsa promessa feita aos povos do continente quando da adoção do tratado de Maastricht em 1992 (o tratado fundador da União Europeia), reiterada no tratado de Lisboa (2007), cujo artigo 2º pretende que “a União tem por objectivo promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos.”

ESTE MITO, há muito ligado à própria “construção europeia”, ficou em grande parte desfeito, nomeadamente no último ano e meio, com a guerra na Ucrânia,

onde toda a gente pode ver essa mesma União Europeia e seus Estados-Membros despejarem, junto às suas fronteiras, sob a égide da NATO, dezenas de milhares de milhões de euros e armas, das mais elementares às mais sofisticadas, alimentando um confronto militar que já fez centenas de milhares de vítimas.

Que contexto é este que fez a Europa reincidir outra vez na guerra? Que diz ele das relações entre a Europa e a América hoje? Ao aproximarem-se as eleições europeias de Junho de 2024, que lugar ocupam as instituições da UE no dispositivo imperialista? Que papel desempenham, neste contexto, os aparelhos que dirigem as organizações oriundas do movimento operário? Que perspectiva há-de mobilizar quem luta pela construção do partido mundial da revolução socialista?

São estas as questões que aqui queremos ventilar, na continuidade da elaboração da nossa corrente política, conhecida e reconhecida, há várias décadas, por defender, teórica e praticamente, a exigência de ruptura com a União Europeia, os seus tratados e instituições.

Com o regresso da guerra ao seu solo, o “Velho Continente” europeu viu-se de novo confrontado com a violência bruta com que se resolvem os conflitos no regime capitalista moribundo. É bem conhecida a fórmula de Clausewitz: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

A realidade é esta, que todos os dias se acentuam os grandes traços da crise do sistema de propriedade privada dos meios de produção. São as próprias leis do capital que levam o sistema à asfixia no quadro do mercado mundial: onde encontrar maneira de valorizar a

montanha de capitais gerada por aquilo a que Marx chamou o “*dinheiro sempre a brotar*”? Esta crise nada tem, pois, de conjuntural. E não deixa ao imperialismo americano – representante dos capitalistas mais poderosos do mundo – outra alternativa que não seja procurar esmagar os imperialistas seus concorrentes: os do Japão e, sobretudo, os da Europa (Alemanha, França...). Isto, do mesmo passo que procura levar até ao fim a destruição dos segmentos de propriedade do Estado arrancados pela classe trabalhadora, que privam os seus capitais de fontes de lucro potenciais. É esta a razão por que os dirigentes dos Estados Unidos, republicanos como democratas, preparam abertamente o confronto militar com a China, segunda potência económica do mundo, com segmentos inteiros que, assentando na propriedade do Estado, ainda escapam ao mercado.

As actuais relações entre as burguesias europeias e a dos Estados Unidos começaram a tomar forma quando esta última se alcançou ao topo da economia mundial, nas primeiras décadas do século XX. Entrando na Primeira Guerra Mundial, o imperialismo americano assumiu as suas pretensões a essa escala, não só ao nível económico, mas também político e militar. Estas relações começaram realmente a cristalizar-se no processo de “construção europeia”, no final da Segunda Guerra Mundial, marcado por uma poderosa vaga revolucionária no mundo e na Europa. Foi, nessa altura, absolutamente necessário ao imperialismo encontrar maneira de contê-la.

No verão de 1944, numa entrevista ao jornal *Fortune*, um dos “pais” da Europa, Jean Monnet – que geriu a maior *holding* bancária americana, foi conselheiro de Churchill e enviado especial de Roosevelt – associava, assim, o objectivo de “*impedir os comunistas de tomarem o poder*” ao de “*uma entidade europeia que faça dela uma unidade económica comum*”. Esta última tomará progressivamente forma, da execução do Plano Marshall à formação da

União Europeia.

Em 1947, o Plano Marshall – do nome do Secretário de Estado americano da época – foi aceite por dezasseis países europeus em nome da ajuda à “reconstrução”. Estes, no ano seguinte, formam a Organização para a Cooperação Económica Europeia (OECE) sob a supervisão dos Estados Unidos e do Canadá, para gerir os fundos americanos, atribuídos sob condições drásticas: estabilização financeira, aplicação rigorosa dos programas anunciados, obrigação de comprar produtos americanos, etc.

A formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), tratado assinado em Washington, em 1949, por dez países europeus, igualmente com os Estados Unidos e o Canadá, aprofunda a subordinação ao imperialismo americano a pretexto de “*garantir por meios políticos e militares a liberdade e a segurança dos seus membros*”.

Eisenhower, primeiro dos generais americanos que desde então dirigiram as forças armadas da NATO, afirmou, em 1951, dois anos antes de ser eleito Presidente dos Estados Unidos: “*Nada prezariamos mais do que saber que os Estados da Europa Ocidental decidiram reunir, numa cidade europeia (...), delegados responsáveis, mandatados para redigir o acto constitucional da Europa (...) e que, a partir de 1 de Janeiro, a Europa Ocidental funcionará como uma federação. Nenhuma decisão poderia ajudar-nos mais na tarefa que prosseguimos*”.

O primeiro passo para tal organização supranacional europeia seria dado precisamente no mesmo ano, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Segue-se o Tratado de Roma, em 1957, que institui a Comunidade Económica Europeia (CEE), que se tornará em União Europeia (UE) com a adopção do Tratado de Maastricht, em 1992.

Ao longo de todo este processo, a “integração europeia” não se limitou às formas políticas. Foi conduzida num espírito corpora-

tivista: a partir da CECA, grande capital, sindicalistas e dirigentes de organizações políticas, tanto burguesas como do movimento operário, ficam associados em vários formatos. No entanto, este processo não deixou de esbarrar na luta de classes, em numerosas ocasiões e na maioria dos países membros. Em França, por exemplo, em 1963, houve uma greve geral de 35 dias de 200.000 mineiros, opondo-se à política de redução da capacidade de produção em um milhão de toneladas de carvão por ano, durante cinco anos. Ou a rejeição do projecto de “Constituição Europeia”, em 2005, por referendo, tanto nos Países Baixos como em França.

Embora as actuais instituições da UE tenham sido criadas pelo Tratado de Maastricht, com alguns ajustamentos introduzidos pelos Tratados de Amesterdão (1997) e de Lisboa (2007), o processo só ficou realmente concluído com o lançamento do euro, em 1999.

O principal fundamento da UE é a estabilidade monetária, de que é garante o Banco Central Europeu (BCE). Estabilidade que implica que cada burguesia nacional abdica do controlo da sua moeda (por exemplo, da possibilidade de desvalorizar a moeda para manter a sua posição no mercado mundial). Criada a moeda única (o euro), cada Estado-membro fica obrigado a respeitar os “critérios de Maastricht”, nomeadamente a limitação do défice orçamental a 3% e da dívida a 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Estes critérios, fixados de forma totalmente arbitrária, têm um carácter de classe que Hans Tietmeyer, presidente do Bundesbank (banco central alemão), reconheceu perfeitamente nas vésperas do lançamento do euro, em 1999: “*Na zona euro, não haverá sistema de ajustamento financeiro para apoiar os países economicamente mais fracos (...). O ónus do ajustamento (...) passará a recair exclusivamente nos custos nacionais do trabalho. Os salários e todas as alavancas a eles ligadas terão de permitir dar conta das diferenças de produtividade*”.

● ANÁLISE

>>>

Ora, não existe “burguesia europeia” da qual as instituições da União Europeia sejam a representação super-estrutural. Existe burguesia alemã, francesa e italiana, com contradições de interesses entre elas, que se manifestam, como sempre nelas se têm manifestado. Mas as instituições europeias pretendem impor-lhes um quadro global vinculativo que, como já dissemos, foi, desde o início, criado em função dos interesses da burguesia imperialista mais poderosa: a dos Estados Unidos.

No último ano e meio, com a guerra na Ucrânia, acentuou-se claramente a subordinação da UE a este imperialismo dominante, em detrimento das burguesias da Europa.

A própria guerra na Ucrânia, confronto entre o imperialismo norte-americano e o regime dos oligarcas mafiosos da Rússia, diz-nos que o imperialismo norte-americano não faz tenções de deixar mais espaço do que o por si decidido a esta burguesia russa, nascida da restauração do capitalismo na URSS nos moldes mais mafiosos, tarde chegada ao mercado mundial.

A guerra na Ucrânia e as suas consequências económicas na Europa

O CORQI caracterizou as raízes da guerra logo na sua declaração de 28 de Fevereiro de 2022 (nº 25 d’A *Internacional*) – não sendo propósito deste artigo voltar a fazê-lo. Os desenvolvimentos desta guerra na Europa ilustram bem a tendência hegemónica do imperialismo americano e os meios de que se serve para levar a cabo a sua política: uma literal acumulação de força destrutiva que o habilita a praticar a pilhagem a preceito.

Por um lado, as verbas afectadas à guerra não param de crescer, alimentando a economia do armamento a níveis que não se viam há décadas. Na véspera da guerra na Ucrânia, em 2021, as empresas americanas representavam, com 299 mil milhões de dólares, mais de 50% do volume

de negócios das cem maiores empresas da indústria de armamento. Essa parte estava, porém, a diminuir, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Ora, desde Março de 2022, as encomendas das empresas americanas explodiram, em virtude das encomendas da administração Biden, no valor de centenas de milhares de milhões... e das de todos os Estados europeus, em primeiro lugar da Alemanha, levados, no quadro da NATO, sob a chefia dos Estados Unidos, a “apoiar a Ucrânia” e a aumentar as suas despesas militares acima de 2% dos respectivos PIBs.

A NATO passou a contar com trinta e um países membros, sendo o mais recente a Finlândia, admitida em 2023, com a Suécia prestes a aderir. Isto faz dela uma potência temível, nomeadamente no aspecto de poder assegurar a contribuição de todas as burguesias da Europa para o “esforço de guerra” decidido por Washington. Assim, se, a 7 de Setembro de 2023, o Pentágono anunciava que os Estados Unidos já tinham assumido compromissos financeiros no valor de “*mais de 43.700 milhões de dólares*” em “*apoio*” militar à Ucrânia desde o início da guerra, o Instituto da Economia Mundial de Kiel – *think tank* ligado à burguesia alemã, que criou um *site* chamado “Ukraine Support Tracker” – realçava, por seu lado, que “*a Europa suplantou claramente os Estados Unidos em termos de ajudas prometidas à Ucrânia, tendo o montante total dos compromissos europeus chegado já ao dobro dos americanos.*” No final de Julho, os compromissos dos Estados-Membros e das próprias instituições da UE totalizavam 131.930 milhões de euros, incluindo 40.300 milhões de euros só para “ajuda” militar.

Este “apoio” europeu, que já “suplanta” o dos Estados Unidos em volume, aproveita, sobretudo, aos maiores produtores de armas – e os cinco maiores são americanos. Se a economia do armamento se afirma assim, cada vez mais, como mola artificial do capitalismo, tal como o descreveu Rosa Luxemburgo nos alvares do imperialismo,

os seus principais beneficiários são, de facto, os capitalistas americanos, à custa das populações, particularmente das dos Estados da Europa, cujos orçamentos são desviados em cada vez maior medida para este “esforço de guerra”.

Daqui tira alimento um segundo movimento: o de destruição de valor da principal força produtiva, a força de trabalho. Tal não passa só pela liquidação em massa de jovens e trabalhadores ucranianos e russos, mas também pela pressão exercida sobre as condições de existência de todos os povos da Europa (e não só). Sujeitos ao efeito combinado do aumento das dotações para a guerra e da inflação galopante, os governos apresentam a factura aos trabalhadores. A guerra deu pretexto a uma labareda inflacionista, que se conjuga com a luta feroz dos capitalistas para evitar que ela se repercuta nos salários.

Rompendo com a ortodoxia orçamental e escamoteando temporariamente os sacrossantos “critérios de Maastricht”, os governos dos Estados-Membros da UE, que estão ao serviço desses mesmos capitalistas, escancararam as comportas dos dinheiros públicos durante a epidemia de Covid-19 – servindo-se para tanto da impressora de notas que foi o *quantitative easing* e das taxas de juro negativas do Banco Central Europeu para emprestar aos bancos, protegendo os seus lucros. São esses mesmos governos que agora são chamados à ordem no âmbito do “semestre europeu”, instados a reatar com a “moderação orçamental” e restaurar um nível de endividamento “sustentável”... Tradução: vocês ainda vão ter de redobrar os ataques ao valor da força de trabalho, para isso destruindo, designadamente, as conquistas sociais (segurança social, pensões, serviços públicos...).

Com a pobreza a crescer a passos largos, a brutalidade da ofensiva rende, no ponto de vista dos capitalistas. Prova disso é a aparente contradição revelada por um estudo recente do escritório Janus Henderson: foi precisamente no mesmo continente europeu assolado

pela guerra que, no segundo trimestre de 2023, mais forte foi o crescimento dos dividendos pagos aos accionistas. Enquanto os dividendos globais aumentaram 4,9% no mesmo período de três meses, atingindo um novo recorde de 568,1 mil milhões, o seu crescimento na Europa (excluindo o Reino Unido) foi de 10%, ultrapassando o das outras regiões do mundo. Aproveitando a quem? Apenas aos capitalistas das burguesias europeias? De certeza que não. Não esqueçamos a quota-parte crescente de capital estrangeiro nas empresas europeias. Segundo o Eurostat, em 2021, o capital norte-americano já representava mais de 35% do investimento directo estrangeiro na UE – com quota-parte equivalente para o capital do Reino Unido e centros financeiros *off-shore*, muito imbricados com o capital norte-americano.

“Europa e América”, cem anos depois

Convém, pois, olhar para a realidade das relações entre a Europa e a América. Há quase cem anos, em 28 de julho de 1924, Trotsky proferiu um discurso sobre “*As perspectivas do desenvolvimento mundial*”, em que, alguns anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, descrevia assim “*o plano dos Estados Unidos: reduzir a Europa à sua insignificância*”:

“*O que quer o capital americano? Para onde cai? Diz-se que procura estabilidade. Quer restabelecer o mercado europeu no seu próprio interesse, quer restaurar o poder de compra da Europa. Como? Em que limites? O capital americano não pode, na verdade, querer fazer da Europa seu concorrente. Não pode permitir que a Inglaterra e, mais ainda, a Alemanha e a França recuperem os seus mercados mundiais, porque ele próprio está apertado, ele próprio exporta produtos e exporta-se a si mesmo. Visa ter o controlo do mundo, quer instaurar a supremacia americana no nosso planeta. O que há-de fazer com a Europa? Que tem de a pacificar, dizem. Mas como? Sob a sua*

hegemonia. O que significa isso? Que tem de permitir que a Europa se levante, mas dentro de limites bem determinados, concedendo-lhe sectores específicos e restritos do mercado mundial. O capital americano passou a dar ordens aos diplomatas. E prepara-se para também passar a dar ordens aos bancos e trusts europeus, a toda a burguesia europeia. É para aí que ele cai. Atribuirá determinados sectores do mercado aos financeiros e industriais europeus. Regulará a actividade deles. Numa palavra, quer reduzir a Europa capitalista à sua insignificância, ou seja, indicar-lhe quantas toneladas, litros ou quilogramas deste ou daquele material tem o direito de comprar ou vender.”

A frase que descreve a redução da “*Europa capitalista à sua insignificância*” tornou-se famosa; Trotsky desenvolverá a sua análise com base em factos e números precisos num segundo discurso, em 1926.

Considerando a evolução da crise do capital ao longo do século passado, é necessário levar hoje um pouco mais longe esta observação das relações entre a Europa e a América. Debatendo-se com dificuldades exacerbadas para valorizar o seu próprio capital, o imperialismo americano deixou de ter margem de manobra para deixar aos capitalistas europeus umas migalhas do banquete. E tal como o Tratado de Versalhes de 1919 lançou as bases da segunda conflagração mundial, as condições da “reconstrução” da Europa após 1945 acentuaram ainda mais a tendência hegemónica do imperialismo americano.

Quanto à “*pacificação*” que se pretendia obter, Trotsky anteviu, logo em 1924, que “*este programa americano de tutela do mundo inteiro é tudo menos um programa pacifista; está, bem pelo contrário, preñado de guerras e convulsões revolucionárias.... É muito pouco provável que a burguesia de todos os países consinta em ser relegada para segundo plano, em tornar-se vassala da América sem pelo menos tentar*

resistir. (...) O conflito militar é inevitável. A era do americanismo pacifista que parece estar a abrir-se neste momento não passa de preparação para novas guerras monstruosas”, afirmação que teve confirmação não só na Segunda Guerra Mundial, mas em numerosas ocasiões desde então, em todos os continentes. Ressurgindo, em 2022, na Ucrânia.

Em 1926, Trotsky resumiu assim o método do imperialismo americano, ainda hoje em uso: “*Primeiro destrói-se, a seguir restaura-se. E, em ambas as operações, embolsa-se uma honesta corretagem*” (corretagem é a comissão recebida pelo intermediário).

O colapso da URSS do início dos anos 90 em nada travou a tendência geral, abrindo novos mercados ao capital; bem pelo contrário.

A “*insignificância*” passou inclusive a tender para nada, uma vez que os capitalistas da União Europeia são chamados, cada vez mais, a aceitar o seu destino, dando a outra face... como alguns exemplos recentes mostram.

Até há pouco tempo, a Alemanha, primeira potência económica europeia, abastecia-se de gás, em boa parte, na Rússia, recorrendo, sobretudo desde 2012, ao gasoduto *NordStream 1*. Após um investimento de quase mil milhões de dólares, pôs em serviço, em 2021, o *NordStream 2*, duplicando a sua capacidade de transporte de gás do seu fornecedor russo. O imperialismo americano fez saber publicamente que era preciso parar com isso, fazendo múltiplas pressões para malograr o projecto. E as sanções impostas imediatamente após a invasão da Ucrânia pelo exército de Putin obrigaram, na verdade, o chanceler alemão, Olaf Scholz, a abandonar completamente o *Nord Stream 2*... antes de os dois gasodutos ficarem inutilizados por sabotagens, em Setembro de 2022. Desde então, a imprensa burguesa alemã acusou nominalmente o governo ucraniano de estar por detrás da sabotagem... e não poucos observadores afirmam que ele não o po-

● ANÁLISE

deria ter feito sem a ajuda dos serviços secretos americanos.

Ora, entretanto, a Alemanha e a maioria dos países europeus tornaram-se nos principais clientes do gás natural liquefeito (GNL) americano, cujas importações para este continente aumentaram 63% em 2022. Em poucos anos, os Estados Unidos arrebanharam a primeira posição do “mercado mundial do GNL [que], assim, dobrou o seu valor (+100%) em 2022, atingindo o recorde de 450 mil milhões de dólares – quando, em volume, apenas cresceu 6%” (latribune.fr). A guerra baralhou completamente as cartas deste mercado, tornando-o ultra-lucrativo e limpando de passagem as críticas dos meios de comunicação às técnicas extremamente poluentes da extracção deste gás do xisto.

No que respeita ao armamento, os mercados de canhões dos dois lados da frente ucraniana têm todos os motivos para festejar. Ainda assim, no campo da NATO, as grandes manobras estão em curso para decidir quem ganha e quem perde com o maná da explosão das dotações militares. A 15 de Junho, por exemplo, realizou-se uma cimeira da NATO para a qual foram convidados todos os principais dirigentes da indústria militar, para repartirem entre si os contratos da guerra na Ucrânia. Todos? Bem, não. Foram convidados os gigantes americanos Raytheon Technologies e Lockheed Martin (fabricantes dos mísseis *Javelin*, *Himars* e *Patriot* utilizados na Ucrânia), a belga FN Herstal, a franco-italiana MBDA, a alemã Rheinmetall e o fabricante turco de drones Bayraktar... provocando, porém, a cimeira, segundo o *Euractiv* “viva reacção (...) dos que não foram convidados”, em que se incluem a Airbus Défense e as empresas francesas Dassault e Safran. Estes grandes faróis do armamento na Europa foram, assim, excluídos da divisão do bolo, pois, sendo a NATO a encomendar, é o imperialismo americano que tem a faca e o queijo na mão.

No vizinho sector espacial, ficámos a saber, em meados de Agosto, que o grupo franco-italiano Thales Alenia Space acabava de perder o maior contrato da sua história. O operador canadiano Telesat – cuja privatização, em 1998, colocara grande parte do seu capital nas mãos de fundos americanos – impugnou o contrato de 3 mil milhões de dólares para a construção de 198 satélites que tinha adjudicado à Thales Alenia Space em 2021, acabando por adjudicá-lo à canadiana MDA.

Seria longa a lista das bofetadas que o imperialismo norte-americano tem dado aos seus vassallos europeus no período mais recente... o que não quer dizer que estes não refilem; não existe super-imperialismo capaz de ultrapassar as contradições inerentes às leis do capital; dentro de certos limites, as burguesias da Europa procuram proteger os seus próprios interesses (como vemos hoje no Níger). É também por isso que são metidas na ordem não apenas no plano económico, amparando-se este num colete de forças político com papel de primeira grandeza, mas igualmente em evolução na nova fase aberta pela guerra na Ucrânia.

União Europeia ao serviço da NATO

Historicamente, o instrumento constituído para garantir a coesão das burguesias europeias enfeudadas ao imperialismo americano foram as instituições europeias, que regem os aspectos políticos, económicos e sociais, ficando as questões militares, no essencial, reservadas à NATO.

Tal está vertido, mormente, no artigo 42º do Tratado de Lisboa (2007) que rege a União Europeia. Este artigo estabelece que “A política da União (...) respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêm a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de

segurança e de defesa comum adoptada nesse âmbito”.

Este artigo herda disposições semelhantes já incluídas no Tratado de Maastricht (1992), na altura em que alguns afirmavam que a UE funcionaria como “protecção” contra os Estados Unidos da América. Na realidade, apesar de alguns Estados da UE não serem membros da NATO na altura, nenhuma forma de “política europeia de defesa comum” poderia entrar em conflito com os interesses estratégicos americanos.

Passámos, entretanto, a outra fase. Nas condições descritas mais acima, a relação entre União Europeia e NATO mudou desde Fevereiro de 2022, parecendo-se a primeira cada vez mais com um mero apêndice político dos Estados Unidos na Europa, como que um ramo “político” europeu da NATO.

Esta realidade salta à vista de qualquer. Basta seguir as declarações e iniciativas tomadas pelos dirigentes europeus em relação à Ucrânia, a começar pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, para perceber que são sempre decalcadas das necessidades determinadas pela NATO e pelos generais americanos que detêm o seu comando militar.

Em 24 de fevereiro de 2022, nas horas que se seguiram à invasão da Ucrânia pelas tropas russas, realizou-se uma reunião extraordinária do Conselho do Atlântico Norte, nas instalações da NATO. No final, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, anunciou que “os aliados da NATO, em estreita coordenação com a União Europeia e outros parceiros em todo o mundo, vão agora impor duras sanções à Rússia”. A UE ainda nem sequer dissera nada: fá-lo-ia pouco depois, na mesma sala de imprensa da NATO, sob a forma de uma conferência, apresentada por Jens Stoltenberg, precedendo Ursula von der Leyen e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. E foi de novo Stoltenberg quem definiu rumo e contexto: “Vou convocar amanhã uma cimeira virtual da NATO para

tratar das consequências das acções da Rússia. E vou convidar a Presidente von der Leyen e o Presidente Michel a estarem presentes, juntamente com os dirigentes dos nossos preciosos parceiros, a Finlândia e a Suécia”... dois países limítrofes da Rússia, que, nos meses seguintes, pedirão para aderir à NATO, rompendo com a sua tradicional “neutralidade”. No seu discurso, Ursula von der Leyen salientou a fusão que estava em andamento: “A União Europeia e a NATO têm trabalhado em estreita colaboração, e esta crise vai aproximar-nos ainda mais. (...) Estamos mais unidos e mais determinados do que nunca. Somos uma União, uma Aliança [do Tratado do Atlântico Norte, a NATO], unidos por um objectivo comum”.

Além deste alinhamento com a NATO nas cimeiras da UE, é forçoso notar que esta política foi validada de maneira praticamente unânime em votações, no Parlamento Europeu, de, pelo menos, seis resoluções desde Fevereiro de 2022. Mais tarde focaremos o papel dos partidos ditos de esquerda nesta união sagrada, que inscreveu explicitamente o “apoio” da UE à Ucrânia, sob a égide da NATO, tanto em termos de sanções contra a Rússia – indo até assumir as suas desastrosas consequências para os povos da Europa – como de assistência militar, envio de armas pesadas e ligeiras, etc.

Em Abril de 2023, o *think tank European Council on Foreign Relations*, que inclui, nomeadamente, vários ex-primeiros-ministros, publicou um relatório que analisava esta evolução em pormenor, com o título “*A arte do avassalamento: como a guerra da Rússia contra a Ucrânia transformou as relações transatlânticas*”. O relatório salienta – em parte com pesar – que o alinhamento acrescido da UE com os Estados Unidos nesta guerra não é conjuntural: está destinado a durar, pois “*os Estados Unidos esperam agora que a UE e o Reino Unido alinhem com a sua estratégia para a China e usarão a sua posição dirigente para garantir que assim seja*”.

A União Europeia, polícia contra os refugiados

A União Europeia não se contenta em agir como apêndice da NATO, é também um instrumento de carácter cada vez mais policial contra os refugiados. As guerras de pilhagem e desmembramento travadas por conta dos interesses imperialistas, particularmente em África e na Ásia vizinhas da Europa, assim como as consequências das alterações climáticas, a que o regime capitalista em putrefacção é incapaz de dar uma resposta séria, mergulham milhões de trabalhadores e jovens desses continentes na miséria, privando-os de um lar e de qualquer perspectiva de futuro. São cada vez mais numerosas as pessoas que se lançam à estrada em busca de meios para assegurar a sua própria sobrevivência ou a das suas famílias, que é o que dezenas e por vezes centenas de milhares tentam encontrar na Europa todos os anos.

Estes refugiados – com exceção de uma pequena fracção, que alguns estão dispostos a seleccionar com base neste ou naquele critério – são, na maior parte dos casos, apresentados pelos governos de todos os quadrantes políticos da Europa como responsáveis pelas dificuldades sócio-económicas em que as suas próprias populações estão cada vez mais mergulhadas. É a política do bode expiatório,

cujo corolário é uma resposta policial aos fluxos migratórios. Longe de deixar aos governos mais reacionários dos seus países membros a execução de tal política, a União Europeia coordena-a e procura nas suas fronteiras ajudantes prontos a coadjuvá-la.

Assim, a 18 de Março de 2016, ante o afluxo de milhões de sírios pela “rota oriental”, fugindo da guerra no seu país, a UE e a Turquia – que “*se congratularam com a acção da NATO no Egeu*” – celebraram um pacto migratório destinado a “*pôr fim à migração irregular da Turquia para a UE*”. Em troca do pagamento de duas parcelas de 3 mil milhões de euros, a Turquia aceitou receber sistematicamente de volta ao seu território migrantes que chegassem às ilhas gregas e em tomar “*todas as medidas necessárias para impedir a abertura de novas rotas de migração irregular, por mar ou por terra, a partir do seu território em direcção à UE*”.

Desde 2017, a UE assinou igualmente acordos destinados a reforçar as capacidades da guarda costeira líbia, que se tem ilustrado pelos seus métodos bárbaros e assassinos contra os refugiados. Isso não impediu o Conselho Europeu de Março último de prorrogar até 31 de Março de 2025 a operação militar Irini no Mar Mediterrâneo, que, a pretexto de controlar o embargo de armas imposto pela ONU à Líbia,



Refugiados sírios às portas da União Europeia em 2015

● ANÁLISE

>>>

controla também as suas exportações de petróleo e equipa a guarda costeira e a marinha líbias para a caça aos refugiados.

Mais recentemente, em 16 de julho de 2023, Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana, de extrema-direita, e o primeiro-ministro neerlandês assinaram uma “*parceria estratégica global*” UE-Tunísia com o Presidente tunisino Kais Saied. Em troca da promessa de um pagamento de mil milhões de euros à Tunísia, em parte sob a forma de “empréstimos” a reembolsar posteriormente, as forças armadas e a polícia tunisinas serão chamadas a deportar refugiados para o Saara e receberão novos barcos, radares e outros meios para impedir a travessia do Mediterrâneo pelos migrantes. Outra “contrapartida”: o país tem de se vergar às “reformas sócio-económicas” exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – que antes se mostrara renitente em aplicar: supressão dos subsídios estatais aos produtos de primeira necessidade, reestruturação e privatização das empresas públicas, medidas favoráveis aos “*investidores europeus*”, etc.

Seis dias antes da assinatura do acordo, as autoridades tunisinas haviam já deportado 700 refugiados sub-saarianos para as zonas desérticas de fronteira com a Argélia e a Líbia, condenando muitos deles à morte. Desde então, têm-se multiplicado no país escândalos, com o desenvolvimento de rusgas e de racismo de Estado contra as populações dos países sub-saarianos, actos de tortura e de escravatura...

Nem por isso a UE tenciona ficar por aqui: von der Leyen declarou à Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e Migrações realizada em Roma a 23 de Julho: “*Queremos que o nosso acordo com a Tunísia sirva de modelo, de plano para o futuro, para parcerias com outros países da região*”.

A UE: assegurar a “estabilidade”... de



Giorgia Meloni

uma política anti-operária

Nas matérias internas, a União Europeia continua, naturalmente, a ser o estado-maior das contra-reformas. As suas instituições, a começar pela Comissão Europeia e pelo BCE, estabelecem um quadro político, económico e social que obriga os governos a prosseguirem uma política anti-trabalhadores de ataque aos sistemas de pensões e de protecção social, bem como aos serviços públicos (escolas, hospitais, energia, transportes, etc.).

A imposição de regras cada vez mais restritivas aos Estados-Membros faz-se em nome dos critérios de Maastricht (que legitimam de uma vez por todas a “caça aos défices públicos” em nome da redução da dívida) e do princípio da “*concorrência livre e não falseada*” (consagrado no Tratado de Roma já desde 1957). Os países da zona euro, em particular, são obrigados a apresentar todos os anos à Comissão Europeia um programa de estabilidade, que é depois sujeito a análise e recomendações da Comissão Europeia, que o Conselho Europeu de Chefes de Governo faz suas.

Assim, quando, no final de maio de 2023, o Conselho da UE “*recomenda que a França (...) se esforce por suprimir progressi-*

vamente, até ao final de 2023, as medidas de apoio em vigor em matéria de energia, utilizando as poupanças correspondentes para reduzir o défice público”, o governo Macron obedeceu, abolindo o “escudo energético” que limitava os preços dos combustíveis e da eletricidade, atirando com a inflação inteiramente para as costas dos trabalhadores.

Foi durante a preparação do programa de estabilidade 2023-2027, elaborado em Abril e “*enviado ao Parlamento e depois à Comissão Europeia, juntamente com o programa nacional de reformas*”, que o ministro francês da Economia, Bruno Le Maire, anunciou dezenas de milhares de milhões de euros de cortes nos orçamentos públicos até 2027, brandindo o espectro dos 3000 mil milhões de euros de dívida do país. Para fazer o défice público voltar para baixo de 3% do PIB, Le Maire destaca a contra-reforma das pensões (exigida já pela “*recomendação*” de 2022) – combatida por milhões de trabalhadores e jovens no primeiro semestre de 2023 – considerando que “*no equilíbrio do sistema de pensões, estima-se o [seu] rendimento bruto (...) em 10,5 mil milhões de euros em 2027*”. O ministro destaca ainda o reforma do regime de seguro de desemprego, que tem vindo a reduzir drasticamente os direitos dos desempregados ao subsídio,

desde o início do ano, prevendo o ministro que a reforma “*permitiria poupanças progressivas estimadas em 4 mil milhões de euros à velocidade de cruzeiro*”. Para 2024, os vários ministérios receberam também uma carta de orientação que visa reduzir os seus orçamentos em 5%, o que implica a liquidação de segmentos inteiros de serviços públicos, privatizados ou simplesmente suprimidos.

O empobrecimento que se generaliza em França devido à política do governo Macron, subordinado às exigências dos capitalistas, cujos interesses a UE representa, observa-se de modo idêntico em todos os países da Europa, independentemente da cor política dos líderes no poder – do governo PSOE-PCE-Podemos em Espanha ao governo chefiado pela extrema-direita populista em Itália.

Assim, a Presidente do Conselho de Ministros italiano, Giorgia Meloni, segue, desde há um ano, as pisadas de Mario Draghi, Presidente do Conselho de 2019 a 2022, depois de ter sido Presidente do BCE de 2011 a 2019. Meloni levou à prática a abolição do rendimento de solidariedade, privando de quaisquer recursos 169 mil trabalhadores dos mais pobres. E se, no início de Agosto, se pronunciou a favor de um imposto sobre os super-lucros dos bancos, foi apenas para, dois dias depois, ceder à rejeição da medida pelos mercados financeiros e pelo BCE e abandoná-la. Na Hungria, o Governo chefiado por Viktor Orban, também ele useiro e vezeiro na retórica demagógica e populista, alegadamente “anti-União Europeia”, põe em prática as políticas das instituições europeias. Votou a favor das onze séries de sanções da UE contra a Rússia e participou no rearmamento, investindo 100 milhões de euros numa nova fábrica destinada a produzir 200 mil armas de fogo. Efectuou cortes orçamentais no sector da saúde pública, o que levou ao encerramento de hospitais e serviços e obrigou número cada vez maior de doentes a recorrer a cuidados de saúde privados. Voltou a privatizar vários

serviços públicos, como a central térmica de Mátra e o tratamento de resíduos, depois de uma posse temporária do Estado para os resgatar com dinheiro público. Depois de reabrir temporariamente algumas das linhas férreas encerradas pelo anterior governo “socialista” de Gurbcsány, Viktor Orban está a encerrá-las outra vez, deixando regiões inteiras sem transportes. Prossegue, ainda, o processo de Bolonha nas universidades, transformando-as em fundações dirigidas por representantes de grandes empresas...

Na Alemanha, o governo Scholz, à frente da coligação SPD-Grünen-FDP (“socialista-ecologista-liberal”), anunciara, em 27 de Fevereiro de 2022, a criação de um fundo excepcional de 100 mil milhões de euros para armamento, adoptado meses mais tarde pelo *Bundestag* (o Parlamento). Consequentemente, o projecto de orçamento da quarta maior economia do mundo prevê, para 2024, cortes de 8200 milhões de euros na saúde (com um plano plurianual de encerramento de 20% dos hospitais) e de 1200 milhões de euros na educação (incluindo 500 milhões de euros no sistema de bolsas para alunos e estudantes), uma redução dos abonos de família e do orçamento para a guarda de crianças, a continuação da privatização dos caminhos-de-ferro...

Em Portugal, o Governo de Costa (PS) decidiu privatizar a Efacec, uma grande empresa tecnológica nacionalizada há alguns anos na sequência de um escândalo. A razão invocada é sempre a mesma: manter o capital público equivaleria a “*distorcer a concorrência no espaço europeu*”, o que a Comissão Europeia não toleraria. Em nome disso, o Estado português vai vender a Efacec ao fundo abutre alemão Mutares, conhecido por comprar empresas a preços baixos e vendê-las com elevado retorno do investimento, após drástica reestruturação. Foi já o que aconteceu há oito anos com o maior banco privado do país, o Espírito Santo, quando o fundo abutre texano Lone Star comprou a metade “boa” do banco por 1 euro, impondo

condições que lhe permitiram beneficiar de vários milhares de milhões de euros do Orçamento do Estado durante cinco anos.

Quanto à privatização da companhia aérea portuguesa TAP, mais uma vez imposta pelo “direito europeu”, a sua preparação já levou a vários milhares de despedimentos e a cortes salariais que chegam a 30%.

Em Espanha, as últimas eleições deram uma maioria relativa ao Partido Popular (33%), de direita, sobre o PSOE (31,7%) de Pedro Sanchez, actual presidente do governo e da Internacional Socialista. A ambição deste é manter-se no poder como parte da ampla coligação com que governa desde 2018. Tem algumas hipóteses de o conseguir, se obtiver o apoio dos partidos independentistas basco e catalão, podendo contar desde já com o da ministra do Trabalho, Yolanda Díaz. Vinda do Partido Comunista Espanhol, esta encabeçou o “movimento de cidadãos” Sumar nas eleições de Julho (12,3%), sob cuja bandeira se arrumaram, entre outros, o *Podemos* e a *Izquierda Unida*, organizações ditas de “esquerda radical”, mas que não têm problema nenhum em participar no governo de Sanchez, que gasta com a guerra na Ucrânia centenas de milhões de euros, retirados, como em todo o lado, do orçamento dos serviços públicos.

Depois de se terem livrado dos critérios de Maastricht para poderem injectar milhares de milhares de milhões de euros de dinheiros públicos na salvação dos lucros capitalistas, durante a pandemia de Covid-19, os mesmos governos arriscam-se a ver de novo os seus países apontados a dedo se não se agarrarem ao reembolso da dívida. E toca a largar contra-reformas! Só que esta dívida não é dos trabalhadores! Porque hão-de as organizações de trabalhadores aceitar refrear as suas reivindicações em nome da “sustentabilidade”? Nada o justifica... excepto – citando o programa da IVª Internacional – a sua “*recusa em romper com o semicadáver da burguesia*”.

● ANÁLISE

>>>

No Parlamento Europeu, do consenso à união sagrada

É precisamente por o Parlamento Europeu, como as outras instituições da UE, ser há muito uma máquina de produção de consensos que, desde 24 de Fevereiro de 2022, ele se situou no cerne do dispositivo de união sagrada que uniu todas as forças políticas no “apoio à Ucrânia”.

Assim, o Parlamento que de parlamento só tem o nome, debate todos os anos dezenas de textos (resoluções, relatórios, pareceres), muitas vezes adoptados por grandes maiorias (de geometria variável). Isto permite a toda a gente evidenciar a sua própria contribuição para a “construção europeia”. A maioria destes textos não tem, contudo, qualquer efeito real, à exceção dos textos legislativos, cuja iniciativa não pertence ao “Parlamento”, funcionando este como sua mera conservatória antes da adopção pela Comissão Europeia e pelo Conselho Europeu.

Mais ainda do que a Comissão, garante de um “bloco central permanente” no topo das instituições da UE, o “Parlamento” serve para dar um verniz democrático a este colete de forças supranacional e para conseguir nele encerrar todas as forças políticas.

O mandato dos actuais 705 deputados europeus, eleitos em 2019, termina dentro de alguns meses. Repartem-se entre sete grupos políticos: o maior continua a ser o Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), com 176 deputados europeus, seguido dos 142 da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, 101 do *Renew*, 72 dos Verdes/Aliança Livre Europeia, 66 dos Conservadores e Reformistas Europeus, 62 do Identidade e Democracia, 37 do Grupo da Esquerda (Die Linke, Podemos, Izquierda Unida, La France insoumise, Syriza, Bloco de Esquerda, PCP, etc.) e 47 não inscritos. A diversidade aparente disfarça mal o quase unanimismo que rege muitas votações – a começar pelas das res-

oluções de apoio à guerra na Ucrânia.

Este “Parlamento” passou do consenso à união sagrada, adoptando uma dezena de resoluções deste jaez, muitas delas com o apoio quase unânime de todos os grupos. Mencionemos algumas (os editores d’*A Internacional* põe á disposição de quem o solicite os documentos originais e votações, publicadas pelo Parlamento Europeu).

No dia 1 de Março de 2022, o Parlamento Europeu aprovou (637 a favor, 13 contra e 26 abstenções) uma resolução que reitera o “*apelo aos Estados-Membros para que incrementem as despesas com a defesa*” e atribuem “*um significativo financiamento adicional para fornecer à Ucrânia armas defensivas*”.

No dia 7 de Abril, nova resolução, quase unânime, reiterou “*que as entregas de armas [à Ucrânia] devem prosseguir e ser intensificadas*”.

“Insiste-insiste” em 6 de Outubro de 2022: nova resolução insta os Estados-Membros da UE para “*aumentarem maciçamente a sua assistência militar à Ucrânia*”.

Em 16 de Fevereiro de 2023, o Parlamento Europeu aprovou, mais uma vez por esmagadora maioria (444 a favor, 26 contra e 37 abstenções), uma resolução que sublinha “*que o principal objectivo da Ucrânia é ganhar a guerra contra a Rússia*” e que “*tal objectivo apenas pode ser alcançado através de um fornecimento contínuo, sustentado e em constante aumento de todo o tipo de armamento, sem excepções, à Ucrânia*”, solicitando “*que se pondere seriamente a entrega à Ucrânia de aviões de combate, helicópteros e sistemas de mísseis adequados ocidentais, bem como um aumento substancial do fornecimento de munições*”.

De cada vez, a grande maioria dos eurodeputados dos grupos de “esquerda” votam a favor – incluindo *The Left/La Gauche*, supostamente o grupo “mais à esquerda” do Parlamento Europeu. Exemplo mais recente: a 13 de Julho de 2023, aprovou (505 a



favor, 56 contra e 21 abstenções) “*o acto legislativo relativo ao apoio à produção de munições no âmbito da ajuda militar da UE à Ucrânia*”, que afirma “*a necessidade de aumentar as despesas com a defesa (...) tanto a nível da UE como a nível nacional*”. O objectivo é, portanto, promover um aumento dos orçamentos militares – como o fez o Parlamento francês, no mesmo dia, aprovando a Lei de Programação Militar de Macron, que aumenta o orçamento das forças armadas em 40%, para 413 mil milhões de euros em sete anos!

Mas enquanto os seus colegas do *La France insoumise* (LFI) em Paris votavam contra (aliás, sem denunciarem este aumento gigantesco das dotações militares), Manon Aubry, a copresidente do grupo LFI do grupo da Esquerda no Parlamento Europeu, explicava assim o seu voto em Bruxelas: “*O objectivo útil deste relatório (...) é apoiar o reforço das capacidades de produção de munições em solo europeu (...). Votei, portanto, a favor deste texto*”.



com a luta de classes, mas com a institucionalização da política europeia” (O que é a CES?, 2003).

No seu discurso de 1924, Trotsky explicava que “a social-democracia foi incumbida (...) de ajudar politicamente o capital americano a racionar a Europa”. Este papel continua a ser assumido pelos dirigentes dos partidos “socialistas” (como os do PS que, em França, se distinguiram ao pedir a Macron para ir além dos 413 mil milhões previstos na sua Lei de Programação Militar). Mas não são os únicos: os antigos partidos estalinistas e as formações mais recentes nascidas da crise dos PSs e PCs aderiram, todos eles, à união sagrada nesta UE “NATOizada”, garante dos interesses do imperialismo americano.

Romper com a União Europeia e a NATO, abrir caminho aos Estados Unidos Socialistas da Europa

A nossa corrente política leva décadas de luta pela ruptura com as instituições europeias e pela ruptura com a NATO. Luta mais indispensável que nunca dada a guerra na Ucrânia, em que as instituições da União Europeia aparecem, cada vez mais, como apêndices da NATO. Esta UE não é nem uma “união” (nunca os trabalhadores do continente foram de tal maneira postos em concorrência uns com os outros), nem “europeia”.

Rejeitando “soberanismos” (que não passam de uma das muitas formas de subordinação da classe trabalhadora à burguesia), as organizações que se batem pela reconstituição da IVª Internacional inscrevem estas palavras de ordem de ruptura na perspectiva da luta pelo governo dos trabalhadores em cada país e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa, único quadro possível para a unificação das nações europeias. ●

Limitar-se-á o consenso a apoiar a guerra na Ucrânia? Olhando, por exemplo, para o período de 1 de Junho a 13 de Julho de 2023 (fim das sessões para o verão), a mesma co-presidente do Grupo da Esquerda deu uma explicação para os 74 votos que emitira em plenário. Vê-se, assim, que votou 56 vezes a favor (nomeadamente de uma resolução que apoiava “a adesão da Ucrânia à União Europeia a prazo”, a adesão da Roménia e da Bulgária ao espaço Schengen, uma resolução sobre a situação no Líbano, um “portal de emissões industriais”, um relatório destinado a “promover e adaptar a formação profissional”...), absteve-se 11 vezes (em recomendações para a adesão da Bósnia-Herzegovina à UE, sobre acordos entre a UE e o Chile, a Malásia ou a Tailândia...) e votou 9 vezes contra.

O que nos leva de novo ao papel desempenhado pelos aparelhos

dirigentes do movimento operário. A nível sindical, a “Confederação Europeia de Sindicatos” (CES) adoptou uma resolução, em 17 de Março de 2022, que, ainda que sem se referir explicitamente à NATO, apelava às “instituições internacionais e, em particular, à União Europeia”, declarando apoiar “todas as iniciativas políticas e diplomáticas, bem como as sanções destinadas a garantir a paz” e “a sua solidariedade para com os povos russo e bielorrusso afectados pelas repercussões das sanções”. Recorde-se que a CES não é bem uma confederação de sindicatos nacionais, mas, antes de mais, uma instituição da UE, habilitada (nos termos do artigo 154º do Tratado) a emitir pareceres ou recomendações sobre as futuras decisões da UE. O seu antigo Secretário-Geral, Emilio Gabaglio, resumia assim: “Ao contrário dos sindicatos nacionais, a evolução da CES não tem que ver

● ANÁLISE

Recapitulação da reproclamação da IV^a Internacional em 1993 (marcos e referências)

Por Olivier Doriane



Concentração no túmulo de Leon Sedov, nos arredores de Paris, 26 de Agosto de 2023

O Comitê de Organização pela Reconstituição da IV^a Internacional (reproclamada em 1993) foi constituído em Fevereiro de 2016 em conferência que decorreu em Turim (Itália). O encontro deu-se pouco depois da crise que se abatera sobre a IV^a Internacional, em 2015. No manifesto nela adoptado, apelávamos a iniciar a discussão e lançar, “*juntos, as bases para a reconstituição da IV^a Internacional tal como criada por Leão Trotsky em 1938, reproclamada em 1993 com o camarada Pierre Lambert, que foi um dos principais dirigentes do combate pela sua reproclamação.*”

Ler-se-ão de seguida algumas referências sobre o que foi a re-

proclamação da IV^a Internacional, em 1993. Esclareceremos, deste modo, as razões por que dela nos reivindicamos.

Estas chamadas serão, assim o esperamos, úteis a todos aqueles que se empenharam na discussão e preparação da Conferência Internacional pela Reconstituição da IV^a Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista e que, tendo origens várias, não conhecem todas as etapas da luta pela IV^a Internacional. Os elementos aqui fornecidos enquadram-se, em todo o caso, no debate preparatório da conferência internacional.

Uma discussão que vem de longe...

Afigura-se necessário olhar pelo retrovisor, até para poder explicar o termo “reproclamação” usado em 1993. Sabe-se que a IV^a Internacional foi fundada em 1938, com base no *Programa de Transição (A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IV^a Internacional)*. Reconstituída em 1946-48, ao findar a Segunda Guerra Mundial, entre 1950 e 1953 apoderou-se dela uma crise destrutiva. O refluxo da vaga revolucionária que então se começava a fazer sentir em consequência da política dos aparelhos, o facto de a perspectiva imediata de revolução parecer afastar-se e a possibilidade de uma terceira guerra mundial, de que a guerra da Coreia podia ser o prelúdio, levaram uma corrente, na própria cúpula da IV^a Internacional,

a procurar refúgio debaixo do guarda-chuva do estalinismo (que dirigia partidos de massas). Abraçando a correcta preocupação de estabelecer a ligação com as massas, esta corrente propunha entrar nos PCs e aí se fundir, abandonando qualquer perspectiva e organização independentes. O principal iniciador desta política de entrismo *sui generis* foi Michel Pablo (razão por que esta corrente é conhecida pela designação de *pablista*). Para Pablo, o estalinismo tinha à sua frente toda uma época histórica em que se veria na contingência de realizar “o socialismo à sua maneira nos séculos de transição.”

Esta corrente provocou a dispersão e destruição do quadro organizado da IVª Internacional fundada por Leon Trotsky. Esse é o contexto que explica que as organizações que defendiam o programa da IVª Internacional começassem a falar da reconstrução. O uso do termo reconstrução encerra desde logo uma avaliação da gravidade da crise que a IVª Internacional sofrera: destruída embora como organização mundialmente centralizada com base no programa elaborado por Leon Trotsky, a sua continuidade afirmava-se no seu programa, na sua validade e nos seus princípios e, por conseguinte, no combate organizado à escala internacional pelas forças que defendiam esse programa. A tarefas destas era, assim, a de reconstruir a IVª Internacional – o que não podia equivaler a reconstituir o que existira antes e deixara de existir. Era integrando os novos desenvolvimentos políticos na situação mundial e no movimento operário internacional que a questão da reconstrução se podia pôr. Ao fim de décadas de longo combate pela reconstrução (com avanços e recuos), foi no contexto destes termos vivos que se iniciou a discussão, em 1985.

Ela abriu-se, levando em linha de conta as forças acumuladas pelas organizações que se batiam pela reconstrução, os laços estabelecidos com outras correntes do movimento operário (no âmbito do combate na linha da conferência mundial aberta) e uma avaliação

da situação mundial.

Por ocasião de um Conselho Geral da “IVª Internacional (Centro Internacional de Reconstrução)”, o camarada Pierre Lambert fez uma pergunta: “*Não sei se não será hoje necessário, em forma a ver, pôr a hipótese de organizar, no prazo de um ano, um congresso que reproclame a IVª Internacional reconstituída.*” Vários factores alimentavam a sua interpelação. Por um lado, aspectos marcantes da situação faziam com que se visse a “*cristalizar-se, em condições políticas que não são exactamente as mesmas em cada país, ou melhor, a tender a cristalizar-se, a tendência independente do proletariado para construir organizações independentes. Isso é reflexo do ascenso das massas à escala mundial, enveredando por caminhos de ruptura com o imperialismo e a burocracia do Kremlin.*” Foi efectivamente nessa altura que se constituiu o Partido dos Trabalhadores do Brasil, havendo igualmente elementos que iam no mesmo sentido no Peru, na Polónia e, em condições diferentes, em França. Partidos operários independentes tendiam a emergir, em ruptura com as velhas organizações.

Tal facto levava, aliás, a IVª Internacional a propor, na “linha da transição” (mais à frente se explicará), a organização de uma conferência mundial aberta que

reflectisse sobre o problema da Internacional Operária. Uma primeira iniciativa nesse sentido decorrera em Caracas (Venezuela), em 1993, contra o pagamento da dívida.

Lambert continuou: “*Parece-me que, se bem que devamos incontavelmente manter o quadro da conferência aberta, não creio que isso baste. (...) Se quisermos alimentar a sério esse movimento de ruptura a caminho da constituição de organizações independentes, é indispensável que a IVª Internacional adquira a sua plena fisionomia. (...) Temos de ter muito cuidado em não ficarmos sempre presos ao mesmo quadro. Quando um quadro começa a ficar ultrapassado, o resultado são insuficiências políticas e teóricas na própria construção das secções em cada país.*”

Abre-se um debate no Conselho Geral. Os pontos de vista são vários, como é natural. Quando se opera uma viragem desta envergadura, é normal surgir um debate aprofundado. Normal, e indispensável. Notar-se-á que um responsável do Partido dos Trabalhadores do Peru, não trotskista, convidado para o Conselho Geral como observador fraterno, deu conta das suas interrogações sobre a relação entre a reproclamação da IVª Internacional e a luta pela Internacional Operária. Emitiu as suas reservas; discutiu-se. Fiel ao seu método,



Conferência de Caracas, Maio de 1987

● ANÁLISE

>>> Lambert propôs – adoptando-se por unanimidade – que não se tomasse nenhuma decisão precipitada e se publicasse a acta da discussão, de modo a englobar todas as secções e todos os militantes, em todo o mundo. Assim se fez, na revista *Tribuna Internacional*.

... e durará oito anos

O debate sobre a perspectiva de reproclamação da IVª Internacional irá durar oito anos. Ao suscitar-se a questão da reproclamação, houve responsáveis, que já se interrogavam sobre a pertinência do combate revolucionário do trotskismo (preferindo-lhe o parasitar dos aparelhos), que se viram obrigados a manifestar abertamente a sua oposição à perspectiva, na medida em que ela permitiria à IVª Internacional afirmar a sua luta pela revolução proletária a outra escala, perante os trabalhadores e o movimento operário mundial. Anteciparam a partida – e aderiram de armas e bagagens à IIª Internacional.

Multiplicar-se-ão as publicações de documentos relacionados com o calendário da Internacional. Em 1987, sai uma carta a convidar para uma conferência mundial das secções. Esta faz-se em Janeiro de 1988. O Conselho Geral de 1991, primeiro, o de Maio de 1992, depois, adoptam documentos que, em cada caso, são publicados e apresentados a todos os militantes da IVª Internacional em todo o mundo.

Durante este período, ocorre uma viragem histórica, a queda do Muro de Berlim, em 1989. Norteando-nos nós pela perspectiva de reproclamação da IVª Internacional, este acontecimento é imediatamente avaliado em todo o seu alcance histórico. Durante o congresso da secção francesa, que decorre precisamente em Novembro de 1989 (e ao qual assiste uma delegação da Internacional), adopta-se uma resolução que salienta que o que se desmorona é todo o equilíbrio mundial edificado pela burocracia e pelo imperialismo em Ialta, ao findar a Segunda Guerra

Mundial. A resolução refere que a viragem se caracteriza pela impotência do imperialismo para restaurar uma nova ordem mundial consentânea com as suas necessidades.

Toda esta elaboração e contribuições convergem, em 1993, na redacção de textos de preparação da própria conferência de reproclamação. São três textos, que formam um todo. Estes textos serão, naturalmente, publicados na íntegra em todas as línguas da Internacional, para serem postos à disposição de todas as secções.

Os acontecimentos verificaram o Programa?

O primeiro texto intitula-se: “*Verificaram os acontecimentos o Programa da IVª Internacional?*”. Introdu-lo a afirmação de que “*para os marxistas, o programa não é um dogma, mas um guia para a acção. Exige confronto constante com a realidade dos factos, a realidade de uma situação em permanente sobressalto. Para convocar a conferência de reproclamação, é preciso dar resposta à seguinte pergunta: verificaram os acontecimentos o Programa da IVª Internacional? Se a realidade dos factos demonstrar possível resolver os grandes problemas da humanidade no quadro do sistema da propriedade privada dos meios de produção, se a realidade dos factos mostrar que as forças produtivas podem parar de decair e podem conhecer um novo surto no quadro deste sistema, então não se pode hesitar em reconhecer a inadequação do programa da IVª Internacional e do marxismo.*”

Está-se nos dias imediatos ao desmoronamento da URSS; o aparelho estalinista rui. Encarase a realidade frontalmente:

“*A crise de desmoronamento do estalinista trouxe para a ordem do dia a seguinte alternativa;*

Ou o capitalismo e, portanto, a propriedade privada dos meios de produção, uma vez restaurada no

Leste da Europa, era capaz de assegurar um surto das forças produtivas e de desenvolvimento económico e social. Em tal hipótese, seria necessário concluir que o marxismo, o Programa de Transição da IVª Internacional, estavam enganados, na medida em que o seu fundamento é a análise da impotência do capitalismo, chegado ao seu estágio imperialista, não só para desenvolver as forças produtivas, mas mesmo para oferecer um futuro que não seja o declínio e a barbárie.

Ou então o beco sem saída do sistema da propriedade privada dos meios de produção manifestava-se, mesmo nas condições da sua própria restauração – ou não restauração – na ex-URSS e no Leste europeu. E, nesse caso, daí decorreria a inteira actualidade do combate pelo derrube do sistema falido da propriedade privada dos meios de produção e pela sua substituição pela propriedade social, pela propriedade colectiva dos meios de produção.”

Responder a estas perguntas era tanto mais importante, porquanto, uma vez desfeitas as formas estatais da União Soviética, todas as correntes do movimento operário concluem, em moldes variados, que se virou a “*página de Outubro de 1917*”. Não foram só os capitalistas e os governos ao seu serviço a perorar sobre o “*fim da história*” e o “*horizonte intransponível do capitalismo*”; a imensa maioria das correntes do movimento operário, para não dizer a quase totalidade, sustenta que já só se pode intervir no âmbito do mercado.

Para os marxistas, estava em causa apurar se o desmoronamento da burocracia estalinista impunha o combate histórico do movimento operário pelo socialismo ou se esse combate mantinha a sua legitimidade.

O texto faz-se, por conseguinte, à tarefa de dar uma resposta consentânea com a realidade dos factos. O primeiro capítulo tem como título: “*Pode a economia de mercado abrir um futuro ao Leste da Europa (e abrir um futuro para si mesma)?*”.

Partindo de um estudo pormenorizado das consequências das privatizações e do estado da produção industrial, o documento demonstra que *“na prática, o processo de privatização consiste em que a nomenklatura se apropria de alguns sectores com algum potencial de rentabilidade e atira com o resto das empresas para reestruturações e liquidações (...). A “abertura ao mercado” abre meramente campo à especulação, não acarretando nenhuma extensão da esfera da circulação de mercadorias. A “abertura ao mercado” é a abertura de uma fase sem precedentes de sofrimento dos povos, mas não inaugura nenhum prolongamento do sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção.”*

Passando o texto a focar, no segundo capítulo, *“a natureza da burocracia”*. Começa por recordar que *“no que diz respeito à ex-URSS e países do Leste europeu, a IVª Internacional sempre tem feito a distinção entre o que tem que ver com a natureza do Estado, a sua base sócio-económica, e o que tem que ver com a natureza da burocracia que o controlava. (...) A burocracia – toda ela –, minando os alicerces sociais do Estado operário pelo seu parasitismo e pela pilhagem crescente que dele fazia, comportando-se como um cancro que roía do interior as bases sócio-económicas saídas de Outubro (a propriedade social), age há décadas, sem tréguas, como força restauracionista do capitalismo. Por isso, a IVª Internacional sempre defendeu o carácter operário das bases do Estado (a propriedade social) contra uma burocracia alheia à classe operária, órgão burguês no Estado operário.”*

Afirma-se, assim, que a derrocada da burocracia não equivale de maneira nenhuma à ruína do objectivo histórico do movimento operário, isto é, da luta pela apropriação colectiva dos meios de produção, tomando a classe operária o poder.

O terceiro capítulo, *“Declínio económico sem precedentes”*, vin-



Pierre Lambert (1920-2008)

ca que *“a impotência do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção para abrir (e abrir-se a) novos mercados na Europa de Leste reveste um significado mais geral. É testemunho da fundamental incapacidade deste modo de produção, entrado na sua fase de regressão e decomposição, para assegurar qualquer novo ascenso das forças produtivas da humanidade.”*

Os capítulos seguintes, *“Especulação, rei e senhor”* e *“imperialismo nascente e imperialismo senil”* incidem na decomposição do mercado, que *“redunda em que consideráveis massas de capitais se “passeiem” de uma ponta à outra das praças financeiras do planeta na ávida demanda de investimentos rentáveis (...), isto numa situação em que a própria produção tende a diminuir. Daí resulta um desequilíbrio crescente, O desenvolvimento gigantesco da especulação age como um parasita, acelerando a destruição da economia produtiva. (...) Longe de permitir um desenvolvimento do capitalismo no mundo inteiro, limitado e contraditório que fosse, o imperialismo fim de século aparece marcado, antes de mais nada, por um capitalismo usurário, de putrefacção e destruição das forças produtivas. (...) O futuro próximo que a economia de mercado capitalista promete ao mundo inteiro é*

aquele a que hoje se assiste em África.” Neste texto, apresentado à conferência de reproclamação, fica, assim, reafirmada a actualidade do *Programa de Transição*, que reza que *“sem revolução socialista, e revolução socialista no próximo período histórico, a civilização humana arrisca-se a ser arrastada, na sua totalidade, para uma catástrofe.”*

Tal decomposição do sistema capitalista produz igualmente consequências no movimento operário: *“A falência dos partidos da Segunda Internacional e dos partidos subordinados à burocracia do Kremlin facilita a obra desagregadora das instituições e conquistas operárias empreendida por todos os governos a soldo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.”* O que cria uma situação nova: *“Apoderam-se de amplos sectores militantes interrogações, desorientação e incerteza. Enquanto isso, há, porém, militantes e correntes, saídos da crise do movimento operário oficial ou, mais directamente, de fenómenos de recomposição do movimento operário pelo eixo da independência de classe, em cada país, que procuram, em número sempre crescente, participar do processo de recomposição do movimento operário alimentado pelos próprios desenvolvimentos da luta de classes no plano internacional. A reproclamação é, em tais condições, inseparável da luta por partidos operários independentes, pela independência de classe organizada, em todas as suas formas – inseparável, portanto, da conferência mundial aberta.”*

Há depois um capítulo dedicado a aferir, ponto por ponto, pela realidade dos factos, se as cinco características do imperialismo que Lenin definiu mantêm a sua pertinência. Conclui o texto que o imperialismo é realmente *“a reacção em toda a linha”*.

No capítulo *“Para concluir, algumas considerações sobre o capitalismo, o seu passado e o seu futuro”*, refere-se que *“a situação mundial adquire carácter*

● ANÁLISE

>>> *cada vez mais caótico, marcada não apenas pela decomposição de um sistema social cujo lugar na história ficou para trás, mas também pelos processos vivos da luta de classes mundial, nas complexas condições de desmoronamento das velhas organizações. Apesar dos reveses sofridos, dos falhanços, das traições, a revolução proletária surge como uma realidade viva que se desenha na resistência dos povos aos planos destruidores do FMI, desenhando-se no horizonte processos de resistência dos trabalhadores que, tanto nos países desenvolvidos como nos países da Europa de Leste, se desenrolam sobre os escombros do estalinismo. O caminho que leva à emancipação integral da humanidade das cadeias da exploração e da opressão será, sem dúvida, longo, complexo e sinuoso. Contudo, a saída só poderá advir da acção unida dos trabalhadores e dos povos no terreno da independência de classe. Acção unida essa, cujos fundamentos e objectivos só poderão sair da convicção absoluta de que se pode e deve substituir o sistema da propriedade privada dos meios de produção pelo sistema de propriedade social, da propriedade nas mãos dos trabalhadores e dos povos.”*

Assim, estabelecida, na realidade dos factos e cientificamente, a necessidade e pertinência da luta pelo socialismo, o texto conclui pela necessidade de re-proclamar a IVª Internacional, relacionando-a com a luta pela Internacional Operária, a fim de “galgar uma etapa na resolução da crise de direcção do proletariado, da crise da humanidade.”

O balanço do combate pela reconstrução

O segundo documento, “O combate pela reconstrução da IVª Internacional e a Conferência Mundial Aberta” consta de “contributos para um relatório de actividades, apresentados em nome do Executivo do Secretariado Internacional e postos à discussão das secções”.

O primeiro capítulo, “Origens do combate pela reconstrução da IVª Internacional”, começa por recordar a grande crise de 1950-53, perguntando em seguida: “Podia a reconstrução limitar-se às forças saídas da IVª Internacional de antes de 1951, limitar-se a uma reunificação? Não será antes o caso que forças políticas que combatem contra o imperialismo e a burocracia se vêem na contingência de pôr, em termos práticos, a questão da Internacional, sem que isso coincida com uma sua aproximação “espontânea” ao programa da IVª Internacional – até por causa da crise desta?”

Recordando depois o documento um texto sobre os problemas da IVª Internacional adoptado pela secção francesa logo em 1962: “Afigura-se-nos, contudo, necessário salientar desde já que, em consonância com a experiência da Internacional Comunista, é inevitável que haja tendências operárias revolucionárias com origens e experiências diferentes das nossas, algumas, até, não marxistas, chamadas a participar na construção da nova Internacional revolucionária, de que farão parte integrante. É preciso elaborar métodos organizativos que lhes facilitem essa evolução. A base programática da Internacional revolucionária é, como é evidente, intocável. Mas isso não quer dizer que fique excluída a presença, nas fileiras da Internacional, de tendências operárias revolucionárias que nutram com esse programa desacordos de maior ou menor expressão. Critérios para avaliar tais tendências são, antes de mais nada, os seus laços com a classe operária e o seu comportamento nas grandes batalhas de classe em que participaram.”

São estes os considerandos subjacentes à definição daquilo que designámos por “estratégia da conferência mundial aberta”.

O segundo capítulo debruça-se, conseqüentemente, minuciosamente, sobre a sua aplicação prática. Recorda que já em 1983 se realizara, em Bogotá, uma con-

ferência de solidariedade com os povos da América Central e das Caraíbas, em que a IVª Internacional interveio com uma linha de frente única de defesa da revolução nicaraguense, em plena independência da diplomacia castri- ta. Esta conferência concluiu-se com um apelo ao não pagamento da dívida, o que, extravasando o mero protesto contra o imperialismo, permitia dar um primeiro passo para a realização da frente única anti-imperialista à escala internacional.

Em 1986, decidiu-se, em termos acordados com os dirigentes do MIR da Venezuela e do Partido dos Trabalhadores do Peru, impulsionar a convocação de uma conferência internacional contra o FMI e o mercado comum (antepassado da União Europeia). Era a primeira vez que partidos e organizações de vários continentes se encontravam para adoptar uma posição comum que atava o nó da unidade mundial da luta de classes.

Este trabalho com outras forças na perspectiva da Internacional Operária fez com que a IVª Internacional acertasse a sua posição: “A IVª Internacional (CIR) está pronta a participar na constituição de uma Internacional Operária que, no seu entender, só poderá encontrar a sua forma plena se se basear no Programa da IVª Internacional. Mas que Internacional? Com quem? Como? Que partidos? Se se constituísse logo uma Internacional Operária (ainda que incompleta), para ela ser uma verdadeira Internacional e não uma mera coordenação de partidos nacionais, era necessário resolver as questões programáticas essenciais. Não era possível constituir uma “Internacional revolucionária dos trabalhadores” com posições claras sobre a revolução proletária e a ditadura do proletariado se ela não assentasse, em termos práticos, na teoria da revolução permanente (carácter mundialmente unificado da luta de classes, oposição a todas as formas de frente popular, rejeição da revolução por etapas), sem pôr a questão da natureza da URSS e dos



Conferência de Barcelona em 1991

Estados operários burocraticamente deformados (da defesa das conquistas do proletariado mundial herdadas da revolução russa e da sua extensão) e de uma caracterização sem ambiguidades do carácter contra-revolucionário do aparelho estalinista e das burocracias dele originárias, sem pôr a questão da luta pela frente única operária, pela frente única anti-imperialista e pela realização das tarefas democráticas. Sem mencionar, pelo menos, estes pontos, afigura-se inaceitável aceitar uma Internacional, pretensamente revolucionária, mas, na realidade, mero grupo centrista.”

Em Janeiro de 1990, um manifesto do Conselho Geral vinca que “considerando que, perante os grandiosos acontecimentos revolucionários que abalam o mundo, a necessidade mais urgente é a de reagrupar as forças políticas independentes, nós, partidários da IVª Internacional, que nos batemos pela reproclamação desta, não apresentamos nem o nosso programa nem as tarefas que dele decorrem como ultimatoss, de tomar ou largar. Firmes adeptos da livre discussão, indispensável ao exercício da democracia operária, estamos desde já empenhados no comité de ligação internacional que determinou para si o objectivo de agrupar organizações, grupos e militantes e convocá-los para, em Barcelona, no final de 1990, formar

uma Associação Internacional dos Trabalhadores, uma nova Internacional dos Trabalhadores.” A conferência realizar-se-á em Barcelona no início de 1991, com delegados de 53 países, e, em vésperas da primeira guerra do Golfo, adoptará decisões de campanha contra a guerra. Constitui o Acordo Internacional dos Trabalhadores.

Grande número de iniciativas se tomarão no seu prolongamento: um comício internacional em Paris, um encontro latino-americano de defesa das empresas públicas, em Brasília, a conferência de Dakar, em África, o encontro operário de Komló, a manifestação europeia de mineiros e siderúrgicos em Bruxelas, a conferência internacional contra a repressão no Haiti, o apelo a uma conferência Europa-Ásia em Hong Kong, a conferência de Moscovo contra as privatizações... tudo campanhas e iniciativas inseridas na luta pela reproclamação, na ajuda à reconstrução do movimento operário com um novo eixo.

Todos estes elementos convergem no capítulo “Conclusões”; “A análise dos acontecimentos feita pelo nosso movimento desde 1989 (a grande viragem) reforça a nossa convicção de que os desenvolvimentos da luta de classes em mais de um século dão confirmação e verificação aos fundamentos sobre que se constitu-

iu a IVª Internacional em 1938. (...) Reproclamar a IVª Internacional identifica-se com o esforço para ajudar a agrupar este movimento com um novo eixo, o eixo da luta de classes, do lugar da classe operária, da independência da classe operária e das suas organizações, único eixo capaz de salvar a humanidade no seu todo da barbárie imperialista.”

Este relatório de actividades é sujeito a discussão num Conselho Geral, que se prolonga por dois dias. Uma vez mais, publicam-se estes documentos e discussões, para os apresentar aos militantes da IVª Internacional em todo o mundo.

Devemos passar à reproclamação da IVª Internacional?

O terceiro documento apresentado à própria conferência intitula-se “*Deve a conferência mundial das secções da IVª Internacional passar à reproclamação da IVª Internacional?*” Baseando-se nos dois relatórios anteriores, explica que “*apresentados os acontecimentos, a situação mundial e o balanço da nossa actividade nos dois relatórios anteriores, a nossa análise servirá para aferir se é chegado o momento de passar à reproclamação da IVª Internacional*”. Explica-se que “*a questão da reproclamação da IVª Internacional é, em primeiro lugar, a questão da luta pela abolição do sistema da propriedade privada, é nisso que consiste o critério do internacionalismo proletário. A origem do movimento operário está na questão das relações de propriedade e na constatação do carácter internacional da luta do proletariado.*”

O texto recorda que o critério da abolição da propriedade privada servira de base à constituição da Iª Internacional, da IIª Internacional e da IIIª Internacional, nele residindo os alicerces do internacionalismo operário. E recorda que, “*na continuidade dos princípios marxistas, o Programa alicerçava a necessidade da luta*

● ANÁLISE

>>> *pela IVª Internacional no “programa socialista da expropriação”, ou seja, do derrube político da burguesia”.*

O texto relevava que, em oposição a esta política fundamental do movimento operário, ao constituir-se contra o capital, os dirigentes da Internacional Socialista, os dirigentes do Partido Comunista ligados a Moscovo multiplicavam (sobretudo à queda da URSS) declarações de que “a economia de mercado é intransponível”, uns, de que era preciso “cooperar com o capital”, outros. Destino particular se reserva à posição do Secretariado Unificado. Esta organização, que ostenta fraudulentamente o título de IVª Internacional, prolonga a actividade da corrente pablista que, em 1950-53, desarticulou a IVª Internacional. Depois de ter confiado ao estalinismo o cuidado de “realizar o socialismo à sua maneira”, de manter, durante décadas, uma política de adaptação aos diferentes partidos estalinistas, de se integrar na União da Esquerda-Frente Popular, em França, e de outras combinações do mesmo jaez em muitos outros países, o Secretariado Unificado “acompanha” a degenerescência dos partidos estalinistas, afirmando que pouco importa “a forma de propriedade predominante”. Assinale-se que um dos aspectos que puxava pela reproclamação da IVª Internacional desde o debate de 1985 era a necessidade absoluta de demarcação de uma corrente que usurpava a bandeira do trotskismo, semeando a confusão por conta de uma política totalmente ligada ao aparelho estalinista internacional. Um dos aspectos que antes haviam alimentado a orientação pela reconstrução era a consideração de que, neste agrupamento internacional, havia organizações com origem no longo combate da IVª Internacional que ainda se podiam considerar organizações trotskistas. Era, sobretudo, o caso do SWP americano, que, em diversos momentos, oscilava entre uma posição de aceitação da política da corrente pablista e uma posição de luta contra ela. Porém, o simples

quadro do Secretariado Unificado como centro revisionista facilitou a degenerescência do SWP, que passou abertamente a ser uma organização castrista, renegando o programa da IVª Internacional. A partir do momento em que deixou de haver cabimento para diferenças significativas dentro do SU, tornou-se necessário estabelecer com clareza, ante o movimento operário mundial, que a IVª Internacional nada tinha que ver com quem punha abertamente em causa a questão central do regime de propriedade. Haverá necessidade de recordar que, para Marx e Engels, os comunistas eram capazes de resumir a sua posição numa fórmula: “Abolição da propriedade privada”?

Voltando ao texto apresentado à conferência mundial de reproclamação. Um dos capítulos incide no facto de só se poder deduzir a “orientação do desenvolvimento do capitalismo no seu conjunto do seu movimento n seu todo, não das suas particularidades em momentos dados.” Isto, polemizando com os descobridores da existência de um “capitalismo tardio” (o Secretariado Unificado), de um “capitalismo monopolista de Estado” (o PCF), já para não falar da Internacional Socialista: “Aceitámos a economia de mercado. E não é uma figura de estilo” (o que eles, no mais, demonstraram, ao aplicarem, no governo, políticas anti-operárias). O capítulo conclui, assim, que “sendo o sistema de propriedade privada dos meios de produção internacional, a união e a coesão dos explorados e oprimidos não são apenas necessárias para o combate pela emancipação na luta de classes nacional, mas à escala internacional. Para organizar e unir os explorados e oprimidos, para a luta contra a classe dos exploradores e dos opressores, unir as organizações independentes do imperialismo, da IIª Internacional e dos partidos ex-estalinistas, que traíram o socialismo, submetendo-se à ordem mundial da propriedade privada, é necessário reproclamar a IVª Internacional”.

O texto prossegue, focando o combate necessário para defender todas as conquistas democráticas na luta contra a reacção, a luta pela frente única anti-imperialista e a questão dos governos operários e camponeses. “Os trabalhadores procuram caminhos e meios para resistir, sujeitos à política de divisão organizada pelas suas direcções tradicionais, que, pela sua submissão aos interesses do grande capital, ao “mercado livre”, levantam obstáculo sobre obstáculo à unidade, condição essencial para as lutas pelas reivindicações vitais que se tornaram incompatíveis com o sistema de propriedade privada dos meios de produção que os aparelhos servilmente servem (...). Daí a imperiosa necessidade de lutar pela unidade, pela frente única, a partir da elaboração correcta de um programa de acção que, agarrando em cada uma das necessidades das massas, defina as reivindicações cuja realização representa uma necessidade imediata e vital para salvar os trabalhadores das cidades e dos campos. Se a classe operária e os povos querem viver, o capitalismo tem de desaparecer. Tal é a linha que deve ordenar a luta pelas reivindicações de sobrevivência. Tais são as bases para uma verdadeira política de frente única.”

É, ainda, neste capítulo que se trata a questão dos governos operários e camponeses, com referência à citação do Programa de Transição: “É, contudo impossível negar antecipadamente de maneira categórica a possibilidade teórica de, sob a influência de uma combinação absolutamente excepcional de circunstâncias (guerra, derrota, derrocada financeira, ofensiva revolucionária das massas), partidos pequeno-burgueses, inclusive partidos estalinistas, irem mais longe do que eles próprios querem na via da ruptura com a burguesia.” Este é o ângulo de que se abordam os problemas da constituição dos países de Leste, da Iugoslávia, da revolução chinesa. Sem afastar os erros teóricos que

a secção francesa possa ter cometido no seu apoio ao movimento nacionalista argelino, na guerra da Argélia. O texto apresentado aos delegados das secções da Internacional não afasta, deste modo, nenhuma questão.

O capítulo conclui, falando do *“alcance do combate pelo governo operário e camponês, que se prende com a transição, tal como a frente única, a frente única operária e a frente única anti-imperialista. É uma velha questão que acarretou numerosos debates da Internacional Comunista e na IVª Internacional, que se cruza com as discussões sobre o socialismo num só país, as relações entre massas e direcções pequeno-burguesas; num apalavra, todas as questões fundamentais da revolução.”* concretizando: *“O conteúdo e o alcance da frente única anti-imperialista residem precisamente no laço sólido que há que atar entre as tarefas da revolução democrática e as tarefas da revolução proletária, na consideração do facto de que, na era do imperialismo, em todo os países, mesmo nos países atrasados, o acesso ao mercado mundial passa necessariamente pelo capital financeiro. Residindo, conseqüentemente, o conteúdo e o alcance da frente única anti-imperialista em considerar que, no quadro dos Estados nacionais e do sistema de propriedade privada dos meios de produção, as forças produtivas asfixiam no mercado mundial.”*

A este propósito, o texto lembra que a discussão sobre a questão da revolução chinesa, da subordinação ao Kuomintang que Stalin impôs ao jovem Partido Comunista Chinês, foi uma das questões centrais que levaram à constituição da Oposição de Esquerda e da IVª Internacional.

O texto continua, examinando o desmoronamento das burocracias e a revolução política. Começa por afirmar que *“a revolução de Outubro de 1917, ao abolir a propriedade privada dos meios de produção, criou condições para o desenvolvimento económico, em nada atenuando a dependência*

dele, na URSS, do mercado mundial dominado pelo imperialismo.”

Isso leva-o a deter-se longamente na questão da pseudoteoria do socialismo num só país, cobertura “ideológica” usada pela burocracia estalinista para mascarar os seus privilégios, a sua confiscação do poder às massas soviéticas e a sua própria transformação em factor de estabilidade da ordem imperialista. O documento cita Lenin e Trotsky a combaterem esta teoria do *“socialismo num só país”*, recordando que *“o internacionalismo não é um princípio abstracto, decorrendo, antes, da economia mundial, em que, reitere-se, as forças produtivas estão asfixiadas, à escala mundial, pelo sistema de propriedade privada dos meios de produção. (...) Os factos, no seu todo, demonstraram que o “socialismo num só país” conduz exactamente à restauração.”* A tal propósito, salienta-se que a teoria dos “dois campos” elaborada em 1952 pela corrente pablista, segundo a qual a burocracia se veria *“na contingência de realizar o socialismo à sua maneira”*, teria logicamente de redundar em que aquela corrente acompanhasse todas as variações políticas da casta restauracionista e – sem se atreve a usar directamente o termo – a apoiar a teoria do “socialismo num só país”, caracterizando a burocracia como categoria apegada a um modo de produção e a *“uma sociedade que não seja capitalista e estaria, historicamente, em oposição radical ao capitalismo”*.

O texto releva que *“a adesão ao socialismo num só país redonda na adesão a todas as viragens da burocracia restauracionista (...). Um abismo separa o Secretariado Unificado do trotskismo. Não obstante, os seus dirigentes continuam a reclamar-se da IVª Internacional. Não mostrou, porém, a história que a burocracia do Kremlin e o seu aparelho internacional de PCs exibiam palavras de ordem “socialistas” e se reclamavam (abusivamente) de Marx e Lenin, sem por isso deixarem de assentar praça contra a revolução?”*

Assinale-se que, acerca do dilaceramento interno da burocracia, este texto, escrito em 1993, afirma que *“em regime estalinista, a casta parasitária expropriou o proletariado da gestão da economia planeada; a nomenklatura que se constituiu em agência indirecta entre o capital financeiro e a economia do seu próprio país, mantém-se no essencial. Se bem que dilacerada entre clãs rivais acobertados em “partidos políticos”, a nomenklatura continua a ocupar postos de comando. (...) As forças sociais em presença agem pelos respectivos interesses. A força dos interesses da burocracia puxava pela restauração do capitalismo. Essa restauração não comenta, porém, a burocracia: bem pelo contrário, rasga a casta parasitária em clãs, alguns dos quais procuram apropriar-se por sua conta dos “lucros” do caos engendrado pela restauração.”*

Não estes dilaceramentos, esticados até à sua lógica derradeira, o que se manifesta na guerra entre Putin e Zelensky?

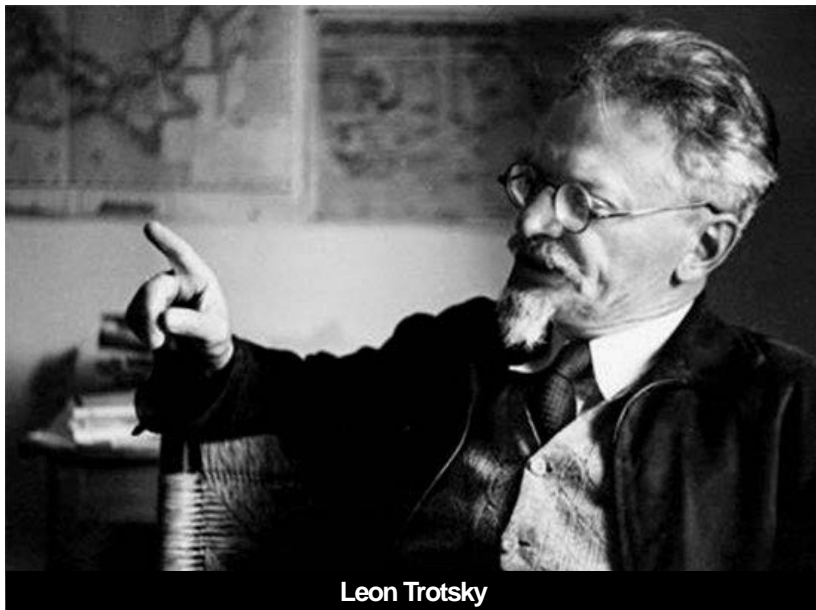
O capítulo conclui com a convicção firme formulada por Lenin: *“Na marcha para a revolução mundial, haverá os mais ásperos sofrimentos e destruições, mas se um “segmento” de civilização restar, a revolução expropriadora reconstruirá todo o edifício da civilização humana e reconstruirá as bases para chegar ao socialismo.”*

... “para ajudar as massas a resolver a crise da humanidade pela sua própria acção”

A última parte do texto detém-se longamente nas diferentes etapas que pontuam a longa luta pela reconstrução, de 1953 a 1993, que não reproduziremos aqui (o documento está à disposição os leitores que o peçam). As novas condições de luta em que se trava então o combate pela reproclamação da IVª Internacional estão igualmente presentes nesta avaliação: *“Toda a situação mundial se caracteriza pela responsabilidade esmagadora dos partidos degenerados da Segunda e da Terceira Internacionais,*

● ANÁLISE

>>>



Leon Trotsky

que, ao constituírem-se, tinham gravado nas suas bandeiras a expropriação da propriedade privada, sistema de produção volvido obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Este objectivo foi abandonado pelos aparelhos desses partidos, que se tornaram agências directas do imperialismo. Partidos degenerados até ao miolo, não hesitam em atacar, em estreita colaboração com a burguesia, de que são os validos, os direitos e conquistas sociais arrancados pelas gerações passadas em duras lutas de classe. Não hesitam sequer em obrar pela integração corporativista das organizações operárias, particularmente os sindicatos, constituídos para arrancar melhorias das condições de vida e de trabalho aos capitalistas, erigindo, desse modo, ainda mais barreiras às lutas das classes laboriosas.”

O texto realça seguidamente que os partidos saídos do aparelho internacional subjugado à burocracia do Kremlin ou à de Pequim passam por crises, fragmentação e dispersão em várias fracções: “O processo é irreversível: a queda da burocracia retira o lugar aos partidos determinados pelo seu papel de auxiliares da casta contra-revolucionária que empurrou a URSS

para o seu desmoronamento.”

Assim, depois de estudar no seu todo as questões fundamentais da revolução proletária, sem aprioris e confrontando-se com a realidade dos factos, como ensina o método do marxismo, o documento chega à sua conclusão com um capítulo intitulado “É preciso reproclamar a IVª Internacional?” Realçando que tal acto “marca o início de uma nova etapa”, o texto afirma que “nós não temos nenhum outro objectivo a não ser procurar, pela livre discussão, meios que permitam ajudar a massas a resolver a crise da humanidade pela sua própria acção (...). É evidente que, para avançar, é preciso ter o cuidado de evitar tudo o que possa impedir e possa vir a impedir a superação, pela discussão livre e democrática, das divergências que inevitavelmente surgirão, relacionadas com a complexidade dos problemas a resolver. A IVª Internacional precisa e precisará de, no mesmo movimento, preservar, aprofundar e adaptar às condições concretas os princípios do centralismo democrático: liberdade de discussão e crítica no âmbito dos princípios do programa, unidade de acção na luta de classes.”

O texto interroga: “Devemos decidir a reproclamação da IVª Internacional com base nos

princípios do Programa de Transição e declarar-nos prontos para discutir todas as questões, inclusivamente as do nosso programa, com os grupos, tendências e organizações que, na crise do movimento operário oficial, procuram caminhos de independência de classe?” Sim, sustenta o documento, pois não existe muralha da China entre a reproclamação da IVª Internacional e luta na linha da conferência mundial aberta pela Internacional Operária.

Propõe-se seguidamente à conferência que responda pela positiva à pergunta se “é preciso reproclamar a IVª Internacional”: “Os problemas que se colocam à humanidade, socialismo ou barbárie, exigem a abolição da raiz d toda a barbárie que alastra pelo mundo: o sistema da propriedade privada dos meios de produção (...). Ainda que o caminho não esteja desimpedido, a decisão de reproclamar-reconstituir a IVª Internacional representa o passo em frente essencial. Repitamo-lo: optando a conferência pela reproclamação, haverá que elaborar os passos práticos que permitam prosseguir e ampliar o trabalho organizado, perseverante, coerente, sistemático.”

Em 19 de Junho de 1993, ao cabo de três dias de trabalhos, a conferência das secções da IVª Internacional votava por unanimidade dos delegados a reconstituição-reproclamação da IVª Internacional.

Esta é a herança política que reivindicamos e que vertemos ao debate entre todas as forças saídas da IVª Internacional reproclamada em 1993 que entendam contribuir para superar a crise de 2015. E, mais, a todas as correntes operárias independentes que procuram o caminho da luta de emancipação para acabar com o regime de opressão e exploração e pela Internacional Operária. ●

1923 : a fundação da Oposição de Esquerda no partido russo e a Internacional Comunista

Por Dominique Ferré

1923 foi um ano-chave na história da revolução mundial. A tomada do poder pelo proletariado organizado em sovietes na Rússia, em Outubro de 1917, marcou o primeiro acto da revolução socialista mundial, colocando na ordem do dia a indispensável expropriação do capital chegado ao seu estágio supremo – o “imperialismo”, tal como definido por Lenin.



Lenin e Trotsky no aniversário da revolução de Outubro, Novembro de 1919

A PROCLAMAÇÃO da Internacional Comunista, em Março de 1919, e a definição das suas principais bases programáticas, no seu segundo congresso, no verão de 1920, serviam para prover a classe operária internacional do instrumento indispensável para poder realizar as suas tarefas históricas. Porém, a guerra civil e a intervenção imperialista estrangeira contra a revolução na Rússia (1917-1921) e o fracasso da revolução na Alemanha, na Hungria, na Áustria e na Bulgária (fracasso para o qual a social-democracia contribuiu decisivamente) isolaram temporariamente a revolução dentro das fronteiras da União Soviética, proclamada em Dezembro de 1922. Nesse inverno de 1922, a

situação é extremamente difícil. Lenin, que tinha sofrido um primeiro ataque em Maio, só em Outubro retoma a sua posição na direcção do partido. Consagrará todas as forças que lhe restam, até Março de 1923, à luta contra os primeiros sintomas de burocratização no Estado operário e no partido que o dirige. Após o seu primeiro ataque, Lenin concentra toda a sua energia na luta contra a burocracia em ascensão. Fustiga as “mentiras e ostentações comunistas”, procurando entre os seus camaradas de luta o aliado de que precisa antes de lançar a sua ofensiva.

Lenin propõe a Trotsky formar aquilo a que este chamará um “bloco Lenin-Trotsky contra o burocratismo estalinista” (Trotsky, A Minha Vida). Contudo, a 14 de Dezembro, Lenin sofre um segundo ataque que o deixa semiparalisado.

No dia 15, dita a nota que viria a ser conhecida como “testamento de Lenin”, em que verte a sua avaliação dos principais dirigentes do partido e que foi durante muito tempo, até 1956, denunciada pela burocracia estalinista como uma “falsificação”.

Lenin ficou chocado quando tomou conhecimento dos acontecimentos na Geórgia⁽¹⁾ Estes fizeram-no acrescentar ao testamento, em 4 de Janeiro de 1923, o post scriptum em que denuncia a brutalidade de Stalin e apela ao seu afastamento do secretariado. Torna o ataque público num artigo publicado na Pravda de 23 de Janeiro, onde denuncia as “insuficiências da inspecção operária e camponesa” dirigida por Stalin. O último artigo de Lenin vem a lume a 6 de Fevereiro, intitulando-se “*Mais vale menos, mas melhor*”. Nele, Lenin

● A NOSSA HISTÓRIA

>>>

condena Stalin, mais uma vez sem o nomear: “*As coisas, no aparelho de Estado, estão repugnantes (...). Não há pior instituição do que a Inspeção*”. Apela a dar cabo da “*burocracia, não só nas instituições soviéticas, mas também nas instituições do partido*”.

Um incidente brutal provocado por Stalin contra Krupskaja – a companheira e colaboradora mais próxima de Lenin – move Lenin a enviar uma carta de ruptura a Stalin na noite de 5 para 6 de Março. No dia 9, um terceiro ataque tirá-lo definitivamente o uso da fala. Com a URSS confrontada com uma grave crise económica e a revolução a bater à porta na Alemanha, o Partido Bolchevique e o jovem Estado operário ficam definitivamente privados do seu principal dirigente, afastado da vida política até à sua morte, em 21 de janeiro de 1924.

Trotsky – por razões que mais tarde voltará a evocar – hesitou, acabando por declinar a proposta de Lenin de formar um bloco na direcção do partido contra a burocracia em ascensão e o homem que a encarnava à frente do secretariado de organização do partido, Stalin.

O XIIº Congresso do Partido realiza-se, em abril de 1923, sem Lenin. O país debatia-se com o que foi designado de “crise da tesoura” (baixa dos preços agrícolas e aumento dos preços dos bens industriais). Trotsky defende a aplicação de um plano de industrialização do país exangue. Apesar de ter à sua disposição o “dossiê” de Lenin sobre a questão georgiana, não se faz à batalha, declarando mais tarde que queria preservar o *status quo* na direcção.

Tanto mais que, na primavera de 1923, a crise revolucionária que se desenvolvia na Alemanha suscitava uma imensa onda de entusiasmo e de esperança entre os comunistas da URSS, que nela vêem a possibilidade de retomar, enfim, a marcha avante da revolução mundial, única maneira de afrouxar o estrangulamento do Estado operário isolado. O historiador Pierre Broué escreveu: “*Motins, confrontos e manifes-*

tações de rua multiplicam-se, reflectindo o duplo ódio aos imperialistas estrangeiros e aos capitalistas que lucram com a crise. A alta finança e o exército subsidiam grupos de extrema-direita, anti-capitalistas na ideologia e no programa, como o partido nazí de Adolf Hitler. A revolução ameaça, ainda mais seriamente do que em 1918-1919.

*A situação tinha-se, de facto, alterado profundamente. Os pequenos grupos de oposição de 1918-1919, divididos e dispersos, deram lugar a um poderoso Partido Comunista, com mais de 200.000 militantes no início do ano nos redutos operários e uma influência reflectida no número de votos, vinte vezes superior ao dos militantes (...). No entanto, a direcção, profundamente dividida, hesita. Na primavera, a maioria do partido envereda por uma atitude cautelosa, de que Radek, principalmente preocupado em quebrar o isolamento diplomático da URSS e pouco confiante numa vitória revolucionária, é o inspirador⁽²⁾”. (Pierre Broué, *Le parti bolchevique*, 1963). Durante todo o verão de 1923, a direcção do partido alemão e a direcção da Internacional Comunista (IC) preparam a tomada do poder. A direcção da IC recusa, contudo, a proposta da direcção alemã de enviar Trotsky para dirigir a insurreição. A tergiversação da direcção da Internacional acaba por dar numa catástrofe: a direcção do Partido Comunista da Alemanha (KPD) desiste da insurreição, deixando passar o momento favorável: “*As esperanças das massas transformam-se em desilusão em resultado da passividade do partido, enquanto o inimigo recupera do seu pânico e se aproveita da desilusão*”, escreve Trotsky (*Lições de Outubro*, 1924). A reacção repõe a ordem com brutalidade. Se a responsabilidade da direcção da Internacional é esmagadora, nem Stalin, que tinha recomendado “*refrear os alemães*” em vez de “*instigá-los*”, nem Zinoviev, presidente da Internacional, querem assumir a responsabilidade pelos seus erros. Na URSS, depois da*

onda de entusiasmos pela revolução alemã que mobilizara centenas de milhares de comunistas durante todo o verão, Broué regista que “*a derrota sem combate dos comunistas alemães condena, e, desta vez, por muito tempo, a revolução russa ao gueto. A desilusão que provoca (...) pesará muito no moral, na confiança e na actividade dos militantes. Será factor decisivo no conflito cuja explosão à luz do dia ficara adiada pela ansiosa espera dos acontecimentos*”.

Em 8 de Outubro, Trotsky envia uma carta ao Comité Central, observando que “*a burocratização do aparelho do partido se desenvolveu em proporções inauditas pelo recurso ao método da selecção pelo secretariado. Criou-se uma vasta camada de militantes que entram no aparelho de governação do partido renunciando às suas próprias opiniões partidárias ou, pelo menos, à sua manifestação aberta, como se a hierarquia burocrática fosse o aparelho que cria a opinião do partido e as suas decisões*”. Trotsky denuncia ali “*a psicologia do secretário, cuja característica principal é que o secretário é capaz de decidir tudo*”. Ameaça recorrer para o partido se o Comité Central não tomar medidas para corrigir a situação. A 15 de Outubro, quarenta e seis militantes – alguns, pelo menos, estavam ao corrente da carta de Trotsky – (entre eles, antigos bolcheviques, heróis da guerra civil) enviam uma declaração ao Comité Central. Nela dão conta de “*uma divisão cada vez maior*” no partido entre um aparelho que não pára de “*se elevar lá para cima*” e os militantes, denunciando que “*o regime posto em vigor no partido é absolutamente intolerável: mata toda a iniciativa no partido, a cúpula tem um aparelho de funcionários assalariados que ingavelmente funciona em tempos normais, mas falha inevitavelmente em tempos de crise e se arisca a entrar em falência total face aos graves acontecimentos que se desenham*”. Com estes dois manifestos nasce a Oposição, e Leon Trotsky surge imediatamente como seu chefe de fila.

No final de Outubro, a maioria da direcção – então dominada pela “troika” Stalin-Kamenev-Zinoviev – responde disciplinarmente, qualificando a iniciativa de Trotsky de “fraccionista” e a carta dos qua-renta e seis de acto que ameaça “enfraquecer o partido num momento crucial para o futuro da revolução internacional”. A carta não será publicada, mas a “troika” não consegue proibir a discussão no partido e na sua imprensa, nem que seja para servir de válvula de escape. A discussão abre-se, assim, na *Pravda*, correndo de Novembro de 1923 a Março de 1924. No centro dos debates está a exigência de democracia operária no partido. Trotsky participa nos debates, nomeadamente com escritos, sendo um dos mais célebres “*Novo Curso, carta a uma assembleia do partido*”, datada de 8 de Dezembro (é com este título, “*Novo Curso*”, que, no início de 1924, se reúne em brochura as suas principais contribuições escritas). Na carta, Trotsky afirma, mormente, que “o partido deve subordinar a si o seu próprio aparelho, sem deixar de ser uma organização centralizada”. Observa que, posto que não conseguindo impedir o partido de impor esta discussão, “os burocratas estão formalmente dispostos a ‘tomar nota’ do ‘novo curso’, ou seja, na prática, a enterrá-lo”. Dirige-se mais em particular à jovem geração comunista: “A nossa juventude não se deve limitar a repetir as nossas fórmulas. Tem de conquistá-las, assimilá-las, formar a sua própria opinião, a sua própria fisionomia e ser capaz de lutar pelos seus pontos de vista com a coragem que advém de uma convicção profunda e de uma total independência de carácter. Fora do partido, a obediência passiva que faz acertar mecanicamente o passo pelos dirigentes! fora do partido, a impessoalidade, o servilismo e o carreirismo! O bolchevique não é apenas um homem disciplinado: é um homem que, em todos os casos e em todas as questões, forja uma opinião firme e a defende corajosamente, não

apenas contra os seus inimigos, mas dentro do seu próprio partido. Talvez esteja hoje em minoria na sua organização. Submeter-se-á, porque é o seu partido. Mas isso nem sempre significa que não tenha razão. Talvez tenha visto ou compreendido antes dos demais a nova tarefa ou a necessidade de uma viragem. Voltará a levantar a questão, persistentemente, uma segunda, uma terceira, uma décima vez, se for preciso. Estará a prestar um serviço ao seu partido, familiarizando-o com a nova tarefa ou ajudando-o a alcançar o ponto de viragem necessário sem perturbações orgânicas nem convulsões internas.” A publicação deste texto na *Pravda* dá azo a ataques contra os oposicionistas: três longos anos de luta começam, que, em 1927, se saldaram pela derrota da Oposição ante um aparelho burocrático que se transforma progressivamente numa casta que expulsa a classe operária do poder e cuja política provoca a trágica derrota da revolução chinesa⁽³⁾.

A fundação da Oposição de Esquerda, em 1923, é um momento determinante da luta contra a degeneração burocrática do partido fundado por Lenin e do primeiro Estado operário, saído da Revolução de Outubro de 1917. A IVª Internacional será fundada na continuidade da luta da Oposição, quando a degenerescência burocrática faz a Internacional Comunista cair “definitivamente para o lado da ordem burguesa”, na sequência da derrota sem combate do proletariado alemão ante Hitler, em 1933. O documento que de seguida publicamos, do nosso correspondente em Moscovo, ilustra algumas páginas do que foi a luta dos oposicionistas perante a repressão cada vez mais brutal da casta burocrática, que, à imagem de um cancro, se tinha apoderado do Estado operário. Repressão que irá até ao extermínio físico, durante os processos de Moscovo de 1936-1938 e o Grande Terror, não só de dezenas de milhares de bolcheviques-leninistas (partidários de Trotsky), mas, de forma mais geral, de todo o partido de Lenin,

incluindo aqueles que, alguns anos antes, tinham capitulado perante Stalin e a burocracia.

No seu artigo, Mark Vassilev mostra-nos como um militante oposicionista como o escritor Varlam Chalamov (1907-1982), autor das famosas *Histórias de Kolyma*, participa activamente na intensa elaboração política dos militantes que se mantiveram fiéis aos ensinamentos de Lenin e como, apesar da repressão, estes oposicionistas tinham apoio na sociedade soviética, nomeadamente entre os membros do partido, mesmo os que divergiam das posições da Oposição. Por ocasião do centésimo aniversário da fundação da Oposição de Esquerda, a presente publicação é, para *A Internacional*, uma forma de prestar homenagem a essas dezenas de milhares de militantes que foram reprimidos – e, na maior parte, exterminados – por representarem a continuidade com Lenin e com Outubro de 1917. ●

(1) Em 1922, Stalin e Ordjonikidzé obrigam o Comité Central do PC da Geórgia, hostil ao projeto de República Transcaucasiana, a demitir-se, reprimindo-o depois por métodos burocráticos e policiais, a que posteriormente uma comissão de inquérito presidida por Dzerjinsky dá cobertura. Lenin, junto de quem os dirigentes georgianos protestam, insurge-se contra “um aparelho que nos é fundamentalmente estrangeiro” e contra Stalin, que se comportara como “um brutal aguazil grão-russo”.

(2) Karl Radek, socialista polaco, depois bolchevique, era o intermediário entre a direcção da Internacional e o partido alemão.

(3) Em Abril de 1927, a revolta operária em Xangai, dirigida pelo Partido Comunista, é esmagada no sangue pelo exército do partido nacionalista burguês Kuomintang, ajudado pelas tríades. Trotsky e a Oposição acusam a direcção estalinista da Internacional de ter ditado à direcção do PC chinês uma orientação de subordinação do partido à burguesia nacionalista, levando à derrota dos trabalhadores.

● A NOSSA HISTÓRIA

Os “trotskistas” e seus “simpatizantes” na prosa de Varlam Chalamov e de documentos contemporâneos

Por Mark Vassiliev

Na sua “nota autobiográfica”, assim como noutros ensaios e notas autobiográficas, o escritor russo Varlam Chalamov (1907-1982) escreveu que, em 1927, 1928 e 1929, participou activamente nos acontecimentos do lado da Oposição de Esquerda. Como mostram os documentos do primeiro inquérito que lhe foi instaurado após a sua detenção numa tipografia clandestina, em Fevereiro de 1929, ele recusou-se categoricamente a dar qualquer informação sobre as suas actividades como oposicionista. Na altura, era esta a posição da Oposição, que recusava que os diferendos políticos no seio do partido fossem “resolvidos” pela polícia.

NO ENTANTO, em Julho de 1929, já preso no campo de Vichera, na região de Perm, Chalamov envia uma carta à OGPU⁽¹⁾, expondo as suas opiniões políticas. Escreve: “Se partilhei as opiniões da



maioria dos opositores leninistas, não partilhei o seu destino. Despejaram-me num campo de concentração – sozinho – sem qualquer apoio moral ou material, num ambiente hostil de criminosos, ladrões, espões e contra-revolucionários – um ambiente com o qual não só não tinha nada que ver, mas contra o qual tinha de lutar, pelo Partido, pelo poder soviético e pela sua política. Encontro-me em condições difíceis, completamente privado de livros, jornais e revistas. Protestando veementemente contra tal tratamento de um oposicionista, peço transferência para poder cumprir a minha pena num isolador político com os meus camaradas, com pessoas que falem a mesma língua que eu (...). É evidente que o partido não é uma casta fechada e que os interesses do partido não dizem respeito apenas àqueles que

possuem um cartão do partido. Qualquer pessoa “sem partido” pode e deve participar na resolução de todas as questões que a vida coloca ao partido e, portanto, à classe operária, ou melhor, à classe operária e, portanto, ao partido. Para qualquer pessoa que tenha aprendido a conhecer a verdade leninista, o eixo político dos acontecimentos mais recentes foi a relação entre o partido e a Oposição. O trabalho da Oposição antes e depois do XVº Congresso não foi trabalho anti-partido. O seu conteúdo, incluindo os métodos apresentados como altamente “criminosos”, como o apoio às greves em casos pontuais e excepcionais, teve como motivação essencial servir o VKP(b)⁽²⁾ como partido da classe operária. Forçada a recorrer a métodos “ilegais” de apelo à classe operária – e mais ninguém apelava a ela a não ser a

Oposição – , a Oposição não se enganou. As decisões da XVIª Conferência, a purga do partido, a purga do aparelho, a luta, travada quase às cegas, sem mencionar os nomes que só a Oposição ousou mencionar, representam sem dúvida passos sérios (da direcção do partido – NdT) à esquerda, isto é, de correcção dos erros anteriormente cometidos (...). Uma coisa é certa: a direcção está a tentar corrigir os seus erros. Mas é uma correcção “de cúpula”, recorrendo apenas às forças do aparelho. Sobre o método de luta “em duas frentes”, tudo ficou dito perfeitamente na carta de L. D. Trotsky, “A Crise do Bloco de Centro-Direita e as Perspectivas” (...). Por um lado, a direcção do partido tenta corrigir erros (o que é impossível sem a mais estreita participação das amplas massas da classe trabalhadora); por outro lado, atira com os oposicionistas para a prisão, o que só pode fazer duvidar da verdadeira natureza do que se propõe (...). A direcção tem empurrado constantemente a Oposição para romper com o partido. Uma série de discursos dos dirigentes e uma série de medidas repressivas contra os oposicionistas, chegando à expulsão de Leon Trotsky para o estrangeiro e às tentativas subsequentes de desacreditar este dirigente da Revolução de Outubro aos olhos dos trabalhadores, dão amplo testemunho da ambivalência da política da direcção do partido (...). Eu estava convencido, tal como a maioria da Oposição Leninista, de que a única maneira de corrigir o rumo tomado pela direcção do partido, rumo tomado, consequentemente, por toda a política nos soviets e sindicatos, era uma profunda reforma interna do partido, baseada numa purga implacável de todos os elementos de orientação terdioriana⁽³⁾ e dos elementos conciliadores com aqueles, e o regresso da Oposição Leninista ao partido, regressada do exílio, da prisão e da deportação. Pela minha parte, não me colocarei nas filas de trás do Partido Bolchevique fundado por Lenin. São estas as minhas opiniões”.

Nesta carta, Varlam Chalamov, então com 22 anos, demonstra o

seu profundo conhecimento da situação interna da Oposição no exílio e o seu conhecimento das discussões que nela se desenrolaram em 1928 sobre a “viragem à esquerda” da direcção do partido na URSS (a luta contra o “desvio de direita” e a política de compras maciças de cereais empreendida por Stalin após a cisão do grupo dirigente Stalin-Bukharin no Comité Central do VKP(b)) e sobre as questões relacionadas com o “Terminador Soviético”. Chalamov repete (e reforça) na carta as posições de Trotsky. Pode resumir-se assim o conteúdo dessas posições: 1) A Oposição tinha razão quando previu uma “greve do pão” dos kulaks⁽⁴⁾ em 1927 e sugeriu de antemão contê-la com medidas económicas e não policiais. 2) A repressão dos kulaks e, na verdade, do campesinato no seu todo, a pretexto da luta em “duas frentes”, atacando tanto à “direita” como à “esquerda”, não significava que Stalin tivesse passado para as posições da “plataforma trotskista”, era, antes, uma manobra interna na luta da fracção dirigente do VKP(b) pela sua própria sobrevivência na situação de crise. 3) O VKP(b) do final dos anos 20 era um fenómeno contraditório. O partido dividira-se entre “a base” e os poderosos dirigentes “da cúpula”, cujo principal objectivo era preservar os seus privilégios sociais a todo o custo, em detrimento da base do partido e dos trabalhadores no seu todo. A “ditadura do proletariado”, substituída por uma “ditadura sobre o proletariado”. 4) A Oposição está pronta para cooperar com todas as forças sãs da maioria partidária pelo restabelecimento do regime interno do partido: restauração das suas tradições democráticas e abolição da onipotência dos secretários.

Compreender-se-ia que tal texto de Chalamov tivesse sido publicado num boletim interno de discussão da Oposição ou enviado pessoalmente a camaradas com os mesmos interesses. É, todavia, desconcertante que enviasse uma carta assim à instância da GPU, que outra reacção não podia ter senão agravar a repressão. É possível, a nosso ver, encontrar a re-

sposta a esta questão no texto de um outro oposicionista de esquerda deportado, o dirigente do grupo “Centralismo Democrático” Vladimir Mikhailovich Smirnov⁽⁵⁾, escrito seis meses antes do de Chalamov e cuja pungência faz eco à desta carta.

“À redacção do Pravda. Cópia para a Comissão Central de Controlo (CCC). Na sua “Declaração de ruptura com a oposição trotskista”, publicada no nº 284 da Pravda, um tal Usevitch atribui-me a “palavra de ordem” de que “é preciso apoiar qualquer movimento que se dirija contra o poder soviético e o VKP(b)”. Toda a minha correspondência, desde o início da minha deportação – portanto, desde 1 de Janeiro de 1928 – foi controlada pela GPU; podem-se com certeza consultar nos seus arquivos cópias de todas e cada uma das minhas cartas. Nelas exprimi plenamente as minhas opiniões, porquanto, segundo a tradição dos comunistas desde o Manifesto Comunista, sempre considerei vergonhoso esconder as minhas opiniões e pontos de vista. Disse abertamente que os actuais “dirigentes do partido” tinham traído o proletariado, que o actual governo, actuando a coberto do poder soviético, o tinha destruído de facto, que era hostil à classe operária, e o proletariado devia lutar e lutar contra ele para impor a sua ditadura, o verdadeiro poder dos soviets. Parece-se isso, por acaso, com a frase que Usevitch me atribui? De modo nenhum. Resultará do ponto de vista que exprimi que se deva apoiar “qualquer movimento (contra o poder soviético)”, mesmo contra o governo de renegados actual? Qualquer homem com um mínimo de consciência responderá que claro que não. E se a CCC ou outras estruturas tivessem querido verificar na presença das minhas cartas (podendo tê-lo feito) a autenticidade da alegada “citação” de Usevitch, não só não teriam encontrado tal “citação”, como nada que minimamente a ela se assemelhasse. Não obstante, a CCC transmitiu esta estúpida mentira à Pravda, e a Pravda imprimiu-a. Não surpreende que um canalha arrependido recorra à falsificação para provar a “sinceridade”

● A NOSSA HISTÓRIA

>>> *dade” da sua capitulação. Como tão-pouco admira que os estranguladores do proletariado da CCC aceitem favoravelmente a falsificação ou que a tenham até patrocinado. Há muito que se tornou claro que a Pravda, que se tornou o órgão dos renegados pequeno-burgueses, não tem contra nós outro argumento a não ser a falsificação directa. Não deixa, porém, de ser revoltante ver como um jornal que foi outrora o órgão de luta do proletariado revolucionário desce agora ao nível da imprensa sensacionalista burguesa. 20 de Dezembro de 1928, Vladimir Smirnov.”*

Uma comparação entre as duas cartas, a de Chalamov e a de Smirnov, revela muitas semelhanças: ambos os opositores declaram abertamente as suas posições políticas e reivindicam não ter a “língua bifurcada”; ambos são intransigentes com os que capitulam e ambos realçam que a actividade da Oposição não só não é dirigida contra o Estado Soviético, como é, pelo contrário, factor da sua recuperação. No que diz respeito à actividade ilegal, os opositores reivindicam-na quando forçados a praticá-la por se lhes tornar totalmente impossível dar a conhecer as suas posições às bases do partido por meios legais. V. M. Smirnov (que nunca renegará o seu programa opositor) é muito mais incisivo na caracterização dos dirigentes do partido do que Chalamov, mas, sobretudo, explica claramente o motivo da sua carta: foi escrita para protestar publicamente contra a falsificação das suas posições políticas. Julgamos que Chalamov, que conhecia a situação interna da Oposição na deportação, estava consciente de que não era por acaso que tinha sido isolado dos seus camaradas de pensamento. Supunha que o isolamento servia para o pressionar a “desarmar” e que quaisquer dúvidas que ele pudesse manifestar sobre as suas posições, caso as tivesse, seriam utilizadas pela OGPU para pres-



Chalamov, estudante e opositorista de esquerda em Moscovo

sionar os seus camaradas da Oposição clandestina. A carta de Chalamov ao órgão da OGPU pode ser vista, por um lado, como resumo concentrado das suas posições políticas, uma espécie de seguro contra um “deslize para a capitulação” (caminho que muitos dos seus antigos camaradas desgraçadamente seguiram) e, por outro lado, como mensagem às forças de repressão de que não valia a pena contarem com a sua ajuda para pressionar os seus camaradas da Oposição.

Entender-se-á igualmente a carta de Chalamov como protesto contra o sinistro artigo “*O ponto a que eles chegaram*”, publicado na primeira página da *Pravda* em 24 de Janeiro de 1929, imediatamente antes da prisão de Chalamov. Nesse artigo, os opositores “ilegais” são declarados inimigos não só do partido, mas também do Estado soviético, ficando, deste modo, à mercê de uma brutal repressão policial. O artigo dava fortemente a entender que o “liberalismo” demonstrado por alguns membros do partido em relação aos “trotskistas” não

ficaria impune. O artigo foi publicado sem assinatura de autor. Só em 1949 foi revelada a sua paternidade, quando foi incluído na recolha das *Obras Completas* de Stalin, com a anotação “*publicado pela primeira vez*”. Embora o artigo emitisse um sinal inequívoco a favor de uma repressão mais dura contra os “trotskistas”, que, apesar do seu número relativo, representavam uma ameaça directa ao poder estabelecido, os documentos da época indicam que a actividade da Oposição clandestina não diminuía. Ilustra o presente artigo uma fotografia de documentos conservados no Arquivo Estatal Russo de História Social e Política (RGASPI). Trata-se de memorandos e notas da OGPU, relatando novas detenções, apreensões de material “trotskista” e de equipamento de impressão, em Moscovo e em várias regiões da URSS.

Um destes documentos menciona Mark Abramovitch Blumenfeld, membro do Centro Trotskista Pan-Soviético, militante do partido desde 1919 e secretário científico do Instituto de Estudos Económicos do Commissariado do Povo para as Finanças do Uzbequistão, preso em Leninegrado em 19 de Maio de 1929. Um capítulo inteiro do romance *Vichera*, de Chalamov, cuja edição completa só foi publicada na Rússia em 2021, é dedicado a Blumenfeld. Chalamov relata que, em 1930, ambos escreveram e entregaram às autoridades do campo de Vichera um protesto contra os crimes cometidos contra as presas do campo, dirigido à direcção do Gulag e ao Comité Central do Partido. Chalamov e Blumenfeld, que não se conheciam antes, tornaram-se muito próximos no campo. Não há dúvida de que escreveram esta carta de protesto como camaradas que partilhavam as mesmas posições e confiavam um no outro. Infelizmente, a informação sobre protestos indi-



Tipografia clandestina da Oposição de Esquerda confiscada pela GPU

viduais e colectivos dos “trotskistas” nos campos estalinistas tem sofrido dos comentários zombeteiros de Alexandre Soljenitsyn sobre a natureza “trágica” de tais acções, segundo ele votadas ao fracasso. Na Oposição dos anos vinte e trinta, acreditava-se, contudo, que a “maioria” do partido iria um dia recuperar o juízo. Conforme Trotsky previra, a fracção dirigente continuou a fracturar-se no início da década de trinta. Foram numerosos os ex-estalinistas compenetrados, como Martemian Ryutin⁽⁶⁾, que se tornaram opositores irreconciliáveis a Stalin devido às realidades da colectivização estalinista⁽⁷⁾.

Stalin – mestre consumado do jogo da antecipação – compreendeu tudo isto perfeitamente. Há muito que nele amadurecera a ideia de que a única forma de lidar com a Oposição era destruí-la e destruir aqueles que manifestassem uma atitude “liberal” ou mesmo piedade para com ela. Era esse desígnio que o artigo “*O ponto a que eles chegaram*” exprimia sob um véu muito ténue. Bem mais tarde, em 1937, Khrushchev⁽⁸⁾ ficou surpreendidíssimo quando recebeu instruções de Yejev⁽⁹⁾ para excluir dos órgãos do partido em Moscovo Emelyan Yaroslavsky⁽¹⁰⁾, que fora anteriormente o principal assistente de Stalin na luta contra os “trotskistas”. Yejev justificou o seu pedido, dizendo que Yaroslavsky “*não era suficientemente activo*

na luta contra a Oposição e simpatizava com Trotsky”. Khrushchev, que conhecia bem a mecânica do aparelho, percebeu que esta atitude em relação a Yaroslavsky só podia vir directamente de Stalin.

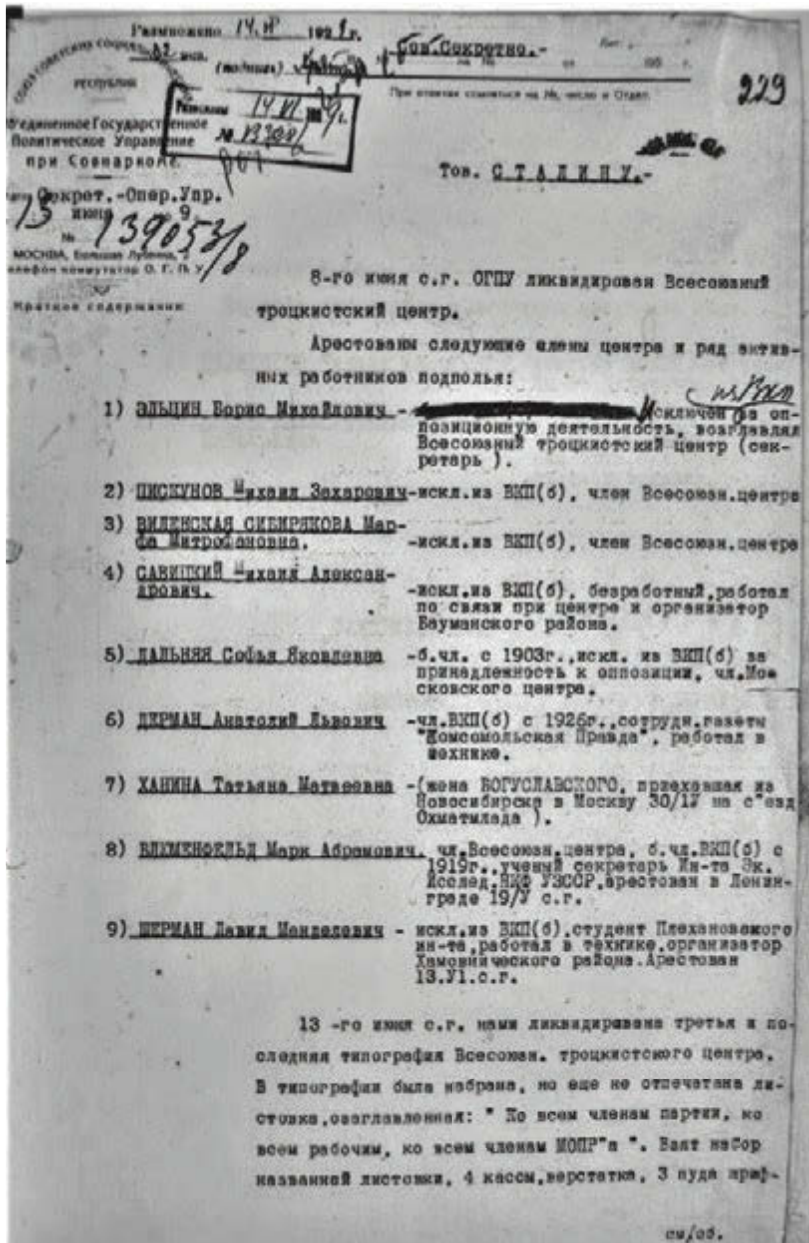
Tentaremos explicar este facto mais adiante. Os arquivos mostram que o acima mencionado artigo “*O ponto a que eles chegaram*” estava originalmente destinado a ser publicado como editorial na *Pravda*, sob a pena de Yaroslavsky e com o título: “*Não fraquejar na luta contra o trotskismo*”. Os arquivos conservaram um rascunho do artigo, sobre cujo texto dactilografado figura uma nota do autor: “*A enviar aos membros do Burô Político. Queiram examiná-lo com toda a urgência e enviar as vossas emendas para o meu apartamento antes das 20 horas*”. Além dos habituais clássicos, o artigo continha muitas citações de cartas reais escritas por opositoristas e afirmações, geralmente correctas, de que a Oposição lutava contra as posições da fracção direitista do partido (afirmações evidentemente apresentadas como “impostura trotskista”). Parece que Stalin rejeitou o artigo de Yaroslavsky tal como originalmente proposto, lhe alterou o título e o reviu radicalmente, eliminando as citações de cartas de opositoristas e as referências às posições da direita, o que poderá explicar o artigo ter saído anónimo. É de notar que, no mesmo número da *Pravda*, vinha um pequeno artigo sobre a de-

tenção de um grupo trotskista ilegal, que implicava Drobnis e Voronsky⁽¹¹⁾.

Cinco dias depois das publicações antes mencionadas, Yaroslavsky encontrou-se, na prisão da OGPU, aparentemente por ordem da Comissão Central de Controlo, com A. K. Voronsky, um velho bolchevique com grande autoridade, escritor e crítico literário, entretanto preso. Conserva-se nos arquivos um relato do encontro, transmitido a Ordjonikidzé⁽¹²⁾ e a Stalin (por esta ordem). Citem-se aqui alguns extractos: “*No dia 29 de Janeiro de 1929, à uma hora da tarde, tive uma conversa com Voronsky nas instalações da OGPU, nos termos da missão que me tinha sido confiada. Li-lhe a carta da mulher dele a Ordjonikidzé e propus-lhe que me falasse com exactidão do trabalho clandestino dos trotskistas e da participação dele. Ele disse que, (...) trabalhando de facto para os trotskistas, se podia resumir assim a sua posição: “Voronsky ajudava os trotskistas marginalmente” (...). Ele sabia da existência da “Cruz Vermelha da Oposição” (sociedade clandestina de socorro aos opositoristas vítimas da repressão estalinista – NdT) e ajudava esta “Cruz Vermelha”, considerando que isso não tinha mal nenhum. Chegara a falar disso a um membro do Comité Central (não me quis dizer quem), que lhe disse que não havia, naturalmente, nada de particularmente repreensível em tal*

● A NOSSA HISTÓRIA

>>>



Minuta da GPU sobre o desmantelamento do Centro Trotskista da URSS e da sua tipografia clandestina

ajuda material. Havia-se encontrado com opositoristas e discutido com eles assuntos da Oposição, mas não participara na vida organizada do grupo trotskista clandestino. Partilhava as posições dos trotskistas, tal como definidas na plataforma, embora discordasse de algumas questões (que não considerava apropriado referir, dadas as condições da sua detenção pela OGPU) (...). Era possível que, a dada altura, tivesse ido visitar camaradas em cuja casa se real-

izasse uma reunião de alguma organização. Não o podia confirmar. Mas voltou a confirmar, dando a sua palavra de honra (disse-me também "palavra de velho bolchevique"), que não pertencia a nenhum centro político e não organizara nenhuma comissão de controlo (...). A minha impressão é que Voronsky não está a mentir. Talvez minimize um pouco o seu papel entre os trotskistas. Quando lhe perguntei porque não tinha declarado por escrito que não par-

tilhava a tática dos trotskistas e que não concordava com eles em muitos aspectos (...), respondeu-me que não considerava possível fazer tais declarações em condições de detenção (...). Examinei igualmente todos os elementos do processo de Voronsky na posse da GPU e cheguei à conclusão de que não era necessário sujeitá-lo a isolamento rigoroso. Bastaria deportá-lo de Moscovo para Lipetsk, na província de Tambov, pois Voronsky é um homem que está muito doente. Em todo o caso, não dá a impressão de um homem amargurado, irreconciliavelmente hostil ao nosso partido. Caso seja deportado, pede que lhe sejam dadas algumas horas para ir a casa buscar os seus manuscritos. Entendo que lhe deve ser permitido fazê-lo."

Sabemos que, pouco depois deste encontro na prisão da OGPU, Voronsky foi libertado e exilado para Lipetsk, onde pôde dedicar-se a trabalhos literários. Seria preso e fuzilado em 1937. Encontram explicação neste contexto as instruções de Stalin para "fazer Yaroslavsky perder" nas eleições de 1937. Stalin nunca esqueceu a versão inicial "fraca" do artigo "O ponto a que eles chegaram" – artigo cuja paternidade atribuiu a si próprio após a morte de Yaroslavsky – nem a atitude conciliatória deste para com Voronsky. Muitos foram os "candidatos infelizes" que, tendo perdido a confiança do partido em 1937, caíram facilmente nas mãos do NKVD⁽¹³⁾. Yaroslavsky escapou a tal destino, mas, nos anos trinta, praticamente desapareceu da cena política. O destino de outro estalinista, Stanislav Kossior, subitamente preso e fuzilado em 1938, foi muito mais trágico. Conforme hoje se sabe, Kossior tentou defender o seu irmão, V. Kossior, um "trotskista que não tinha resignado", exilado desde 1928. Stalin exprimiu a sua profunda indignação por "Stanislav Kossior ter ousado intervir neste caso, fazendo tal chantagem".



Museu Chalamov em Vologda



O “caso Molotov”, ligado ao “processo do Centro Trotskista” de Agosto de 1936 (*o primeiro dos três “processos de Moscovo”* – NdT), prova que Stalin encostava à parede mesmo os seus apoiantes mais próximos. Não passara despercebido a ninguém, no julgamento, que, entre os dirigentes da URSS alegadamente visados por atentados planeados pelo pseudo-“Centro Trotskista” (cinco membros do Burô Político e dois suplentes), não se encontrava Molotov, apesar de ser, supostamente,

o segundo no comando do país, depois de Stalin. Como Trotsky salientou, circulavam rumores persistentes que sugeriam que a não inclusão de Molotov entre os dirigentes do país (*alegadamente alvos de ataques planeados pelos “trotskistas”* – NdT), no primeiro processo de Moscovo, se ficara a dever a tentativas de Molotov para dissuadir Stalin de organizar um processo vergonhoso contra os velhos bolcheviques. A “reabilitação” de Molotov – mais tarde co-responsável pelos actos mais monstruosos do “Grande Terror” – deu-se no final de 1936, quando os réus do processo de Kemerovo⁽¹⁴⁾ disseram, nas suas “confissões”, ter previsto eliminar Molotov num ataque terrorista durante uma viagem de inspecção à Sibéria. Tudo isto explica por que razão, em 1937-1938, havia tantos antigos membros da Oposição entre os militantes do partido alvo da repressão. Foram liquidados mesmo aqueles que, tendo capitulado e reconhecido a “derrota ideológica e organizativa do trotskismo”, mostrassem alguma mínima dúvida quanto à necessidade de destruir fisicamente a Oposição.

Há que reenquadrar neste contexto muitos dos acontecimentos descritos por Chalamov no seu romance *Vichera*. Já vimos que, por uma questão de princípio, ele não escondia as suas posições de oposicionista. No romance, Chalamov mostra também que os seus superiores no campo, antigos membros do partido, alvos de repressão e próximos do velho bolchevique Eduard Berzin, eram bastante conciliadores tanto em relação às suas “posições trotskistas” como em relação a acções específicas, como o protesto conjunto com Blumenfeld acima mencionado. Depois dele, Blumenfeld e Chalamov mantiveram-se em posições de responsabilidade no campo. Para Berzin, o “trotskismo” de Chalamov não era, assim, obstáculo a integrá-lo na sua equipa da Kolyma⁽¹⁵⁾. É também provável que a rápida evacuação de Chalamov do campo de Vichera após a sua libertação e a “perda” da carta do NKVD sobre a sua detenção tenham tido que ver com a intervenção dos seus superiores na administração do campo de Vichera. Todos os Berzins mencionados por Chalamov, incluindo o próprio

● A NOSSA HISTÓRIA

>>>

Berzin, foram assassinados durante a Grande Purga. O único registo que há do interrogatório de Berzin, conservado nos arquivos de Stalin, contém acusações de ele ter colocado “*contra-revolucionários em posições privilegiadas nos campos para fins de sabotagem*”.

(1) GPU: *Gosudarstvennoe politicheskoe upravlenie*, Direcção Política do Estado, fundada em 1922 (dividida em 1923 em OGPU, Direcção Política Unificada do Estado, e NKVD, Commissariado do Povo para os Assuntos Internos).

(2) VKP(b): a fracção bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), fundado em Minsk em 1898, teve em 1912 o nome de POSDR(b), tornando-se Partido Comunista (Bolchevique) da Rússia (RKP(b), em russo) em Março de 1918 e, após a fundação da URSS, em 1922, Partido Comunista (Bolchevique) da União, VKP(b).

(3) Analogia entre o “golpe de Estado de 9 de Termidor” (a execução de Robespierre por uma parte da direcção jacobina da Grande Revolução Francesa) e a repressão da Oposição de Esquerda dirigida pela fracção Stalin-Bukharin (nota de MV).

(4) Kulak: camponês rico.

(5) Vladimir Smirnov: bolchevique, dirigente da insurreição de Fevereiro de 1917 em Moscovo, Comissário do Povo para a Indústria, inicialmente membro da fracção dos “Comunistas de

Esquerda”, depois chefe do grupo “Centralismo Democrático” (dito “Decista”) no VIIIº Congresso do Partido, em 1919, depois signatário da Declaração dos Quarenta e Seis e membro da Oposição. Foi expulso em 1927, deportado em 1928 e fuzilado em 1937.

(6) Martemian Ryutin: bolchevique em 1914, comandante vermelho durante a guerra civil, exerceu cargos de responsabilidade em Irkutsk, depois no Daguestão e, por fim, em Moscovo. Inicialmente apoiante de Stalin, em 1927 tomou posição contra as reuniões da Oposição. Mas teceu críticas a Stalin e à direcção em 1930, o que acabou por levá-lo à prisão. Libertado em 1931, fundou um grupo clandestino de oposição, a União dos Marxistas-Leninistas, que foi desmantelado em 1932. Ryutin foi preso e torturado, recusando-se a capitular. Fuzilado em 1937.

(7) Ivan Yakovlevich Vratshov (1898-1995), um dos raros opositoristas de esquerda sobreviventes, disse ao autor que, em 1929, enquanto estava exilado em Vologda, tinha escrito uma história de ficção política sobre como, em 1939, num congresso extraordinário do partido, se dera uma mudança pacífica na direcção do partido, restaurando os direitos de todos os antigos opositoristas. O texto dactilografado da história de Vratshov está conservado nos arquivos do autor (nota de MV).

(8) Nikita Khrushchev (1894-1971): militante do partido em 1918, depois alto funcionário no círculo íntimo de Stalin, participou no Grande Terror. Após a morte de Stalin, tornou-se Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética até 1964, altura em que os dirigentes cimeiros da burocracia o afastaram do poder.

(9) Yejev: membro do aparelho, dedicado a Stalin, foi chefe supremo da polícia política de 1936 a 1938 e demitido e liquidado em 1940 por ordem de Stalin.

(10) Emelyan Yaroslavsky: um dos poucos velhos bolcheviques que não foi liquidado.

(11) Drobnis, militante do POSDR e bolchevique desde 1906, um dos principais acusados no segundo processo de Moscovo, fuzilado em 1937. Voronsky, deputado por Odessa, bolchevique, crítico literário, liquidado em 1937. Ambos tinham assinado a Declaração dos Quarenta e Seis em 1923, mas capitularam depois de 1927.

(12) Ordjonikidzé: militante do partido desde 1903 e próximo de Stalin, “suicidou-se” em 1937 depois de entrar em conflito com Beria, então um dos dirigentes do NKVD.

(13) NKVD: ver nota 1.

(14) Processo de Kemerovo: foi o processo “*do grupo de sabotadores contra-revolucionários trotskistas da mina de Kemerovo*”, em 1936.

(15) A Kolyma é uma região mineira do Extremo Oriente, que foi zona de deportação.

Ralph Schoenman, *presente!*

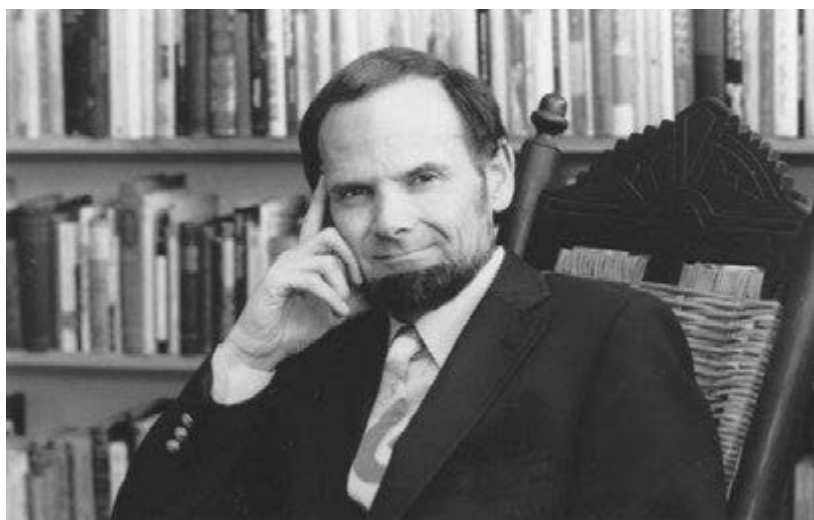
Por Mya Shone

O nosso camarada Ralph Schoenman, um dos fundadores do Socialist Organizer, morreu na segunda-feira, 3 de Julho, aos 87 anos. Não há continente em que Ralph Schoenman não tenha estado activo e empenhado. Também os seus artigos, livros, emissões de rádio e apaixonantes discursos demonstram como era um mestre do rigor intelectual – que para ele estava ao serviço da luta pelos direitos democráticos e pelo socialismo.

Ralph Schoenman não era homem de olhar para trás. Nunca registou as suas experiências pessoais nas lutas anticoloniais em África nem o seu envolvimento nas lutas revolucionárias na Bolívia e no Irão e nunca se preparou para escrever um livro de memórias. Olhou sempre em frente.

Hoje, isso significa preparar a conferência “pela reconstituição da IVª Internacional, pelo partido mundial da revolução socialista”, que se realizará em Novembro.

Adolescente na época do McCarthyismo e da caça às bruxas nos Estados Unidos, Ralph tornou-se fervoroso defensor das liberdades fundamentais e insurgiu-se contra o imperialismo. Embora os escritos de Thomas Paine fossem para ele



especialmente importantes, sempre disse também que fora a trilogia biográfica de Isaac Deutscher sobre Leon Trotsky que transformara a sua vida e o seu pensamento.

Procurou Deutscher. Tornaram-se amigos íntimos, até à morte de Deutscher.

Ao contrário de Deutscher, os esforços de Trotsky para formar a IVª Internacional inspiraram-no. Ficou, por isso, associado à IVª Internacional – ainda que nem sempre como seu membro – durante os sessenta anos seguintes.

“A *mobilização das massas por si próprias*”, dizia, “*deve ser o alicerce de qualquer campanha*”. Ralph iniciou, assim, quando era estudante universitário e fazia parte do ramo juvenil do comité executivo, uma longa colaboração com Bertrand Russell, responsável pela Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND). “*Falando em nome do movimento durante dois anos*”, escreveu Ralph a Russell em 21 de Julho de 1960, “*senti o fosso entre o que dizíamos ser urgente e estarmos a organizar manifestações anuais*”. Ralph propôs

então uma acção de desobediência civil ao Ministério da Defesa em Londres, na condição, porém, de a CND recolher vários milhares de compromissos de participação.

Ralph e Bertrand Russell conseguiram também o apoio de personalidades – o Comité dos 100 – e dirigentes sindicais. Quando o governo britânico recusou autorizar a manifestação, Dai Davies, dirigente da Federação dos Mineiros do País de Gales, ameaçou organizar uma greve dos mineiros de carvão. Obtida a autorização, a afluência excedeu as expectativas: 15 mil pessoas desfilaram na Trafalgar Square; muitas delas organizarão uma concentração frente ao Ministério.

A oposição à guerra genocida travada pelos Estados Unidos no Vietname, incluindo a revelação, pela primeira vez, do uso de bombas de fragmentação e da guerra química, numerosas viagens de averiguações ao Vietname do Norte, a formação da Campanha de Solidariedade com o Vietname – frente unida de 80 organizações – e o Tribunal Internacional para os Crimes de Guerra

● HOMENAGEM

>>>

dos Estados Unidos no Vietname, em 1967, são apenas alguns exemplos dos seus contributos.

Devemos, acima de tudo, prestar homenagem ao compromisso de longa data de Ralph com a luta palestina pela autodeterminação, bem como as muitas campanhas e intervenções que organizou, tal como muitos escritos, incluindo *The Hidden History of Zionism* (História Oculta do Sionismo).

Como Ralph foi o primeiro a dizer, a sua compreensão do sionismo e a sua avaliação da luta palestina evoluíram ao longo dos anos. Esperava que nenhum leitor de *The Hidden History of Zionism* “voltasse a ver Israel e o movimento sionista à mesma luz”.

Em 1963, Ralph conheceu Akiva Orr, um militante político e escritor israelita. Aki apresentou a Ralph o conceito de uma Palestina democrática e laica. “A justiça mínima”, escreveu Ralph mais tarde, “exige o desmantelamento do Estado do apartheid

e a sua substituição por uma Palestina democrática e laica, onde judeus e árabes, cristãos e muçulmanos vivam juntos, com direitos e oportunidades iguais”.

Em 6 de Junho de 1982, quando as forças israelitas atacaram e invadiram o Líbano, Ralph e eu vivíamos já juntos. Preparámos de imediato um apelo de página inteira, a que se seguiram uma série de posições, todas publicadas nos principais jornais dos Estados Unidos. Partimos depois para o Líbano devastado pela guerra. Os nossos testemunhos pungentes, nomeadamente sobre os massacres de Sabra e Chatila, não bastavam. Ralph conseguiu o apoio dos dirigentes da OLP, dos presidentes de câmara com termo de residência e dos dirigentes de todas as organizações e sindicatos dos territórios ocupados para uma grande marcha sobre Jerusalém pela autodeterminação, a 18 de Setembro de 1983, primeiro aniversário do massacre.

O cancelamento da marcha correspondeu a uma questão na altura urgente, mas a sua organização deixou um impacto indelével.

No final de Dezembro de 1987, quando uma greve geral incendiava todas as comunidades palestinas sob domínio israelita e a resposta brutal de Israel desencadeou a primeira Intifada, preparámos uma campanha com os nossos camaradas da IVª Internacional, “*Chegou o momento de acabar com toda a ajuda ao apartheid israelita*”, apelando inequivocamente às pessoas para “*aderirem ao apelo global por uma Palestina democrática e laica*”.

Ao ouvir a notícia da morte de Ralph, o nosso camarada François de Massot disse, com razão: “*Ralph era um verdadeiro rebelde - no verdadeiro sentido irlandês da palavra “Up the rebels!” - e*”, acrescentou, “*bem que o seu exemplo seria muito útil hoje!*” ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de ‘Réveil ouvrier’ - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

